Arquivo Histórico da Madeira, Nova Série, n.º 8, 2026, pp. 581-623
Direção Regional dos Arquivos, das Bibliotecas e do Livro
https://ahm-abm.madeira.gov.pt

Comércio do Funchal: Imprensa Oposicionista Madeirense (1968-1974)[1]

Comércio do Funchal: Madeiran Opposition Press (1968-1974)

João Filipe Pereira de Sousa[2]

Resumo

O presente artigo analisa o papel do semanário *Comércio do Funchal* enquanto órgão de imprensa oposicionista no arquipélago da Madeira, desde 1967 até ao primeiro quinquénio da década de 1970, enquadrando a sua atuação no contexto político e social do final do Estado Novo. Refundado por um grupo de jovens oposicionistas, o *Comércio do Funchal* explorou inicialmente as falhas do sistema censório, assumindo progressivamente uma postura crítica face ao regime. A suspensão do jornal em 1968 confirma o impacto político das suas posições, não implicando uma alteração substancial da sua orientação após o regresso, já sob censura explícita. O artigo destaca ainda o papel do periódico no debate eleitoral das legislativas de 1969, na defesa da autonomia madeirense e na articulação entre democracia política e justiça social. O *Comércio do Funchal* ultrapassou a condição de jornal regional, afirmando-se como um elemento relevante da oposição democrática.

Palavras-chave: *Comércio do Funchal*; Estado Novo; Imprensa Oposicionista; Censura; Ilha da Madeira; Oposição Democrática.

Abstract

The present paper is an analysis of the role of the weekly newspaper *Comércio do Funchal* as an oppositional press outlet in the Madeiran Archipelago, from 1967 until the first quinquennium of the 1970s, framing its practice within the political and social contexts

[1] Este artigo tem por base a seguinte dissertação de mestrado: SOUSA, 2022, *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira* […].

[2] Doutorando em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares – CEIS20-UC. Mestre em História, com a dissertação *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira. Os períodos eleitorais e a ação do jornal "Comércio do Funchal" (1945-1974)*, defendida a 21 de fevereiro de 2022, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor do ensino básico e secundário. *Email*: sousa.jfp1997@gmail.com.

during the final stage of the "Estado Novo". Founded again by a group of oppositional young people, *Comércio do Funchal* initially exploited the flaws within the censorship system, progressively taking a critical stance against the regime. The suspension of the newspaper in 1968 confirms the political impact of its positions, without entailing a substantial change in its orientation after its return, already under explicit censorship. The paper further highlights the periodical's role in the electoral debate during the legislative elections of 1969, in the defense of Madeiran autonomy, and in the articulation between political democracy and social justice. *Comércio do Funchal* rose above the status of regional newspaper, asserting itself as a relevant part of democratic opposition.

Keywords: *Comércio do Funchal*; "Estado Novo"; Opposition Press; Censorship; Madeira Island; Democratic Opposition.

Introdução

Este artigo tem como objetivo colocar em perspetiva o papel do jornal *Comércio do Funchal* na promoção de um debate público sobre múltiplas questões de cariz político e social, de grande significado e relevância para as sociedades insular e portuguesa, no geral, cuja abordagem era de alguma forma incómoda ao regime vigente. Além disso, o *Comércio do Funchal* procurou ser o veículo de divulgação de ideias progressistas, e por isso mesmo consideradas oposicionistas, pelo que por várias vezes afrontou a censura e o poder constituído. O *Comércio do Funchal* foi, na sua fase final, de 1967 a 1974, um jornal de facto oposicionista, sendo publicado por um grupo de jovens intelectuais progressistas, oposicionistas do regime e defensores da democracia. A sua importância extravasa assim os limites da Madeira.

Este trabalho está estruturado em cinco partes. A primeira centra-se na "refundação" do periódico, relançando-se com novos objetivos editoriais, nos quais podemos observar desde logo a sua orientação oposicionista. A segunda parte tem como ponto de partida a suspensão do semanário, em 1968, até às eleições legislativas de 1969, onde o *Comércio do Funchal* deixou declarado o seu apoio à lista oposicionista madeirense da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira (CEDM), da qual fizeram parte membros do periódico. A terceira parte do artigo foca-se na questão autonómica madeirense e na visão do jornal em relação ao tema, bem como o ponto de vista do *Comércio do Funchal* em relação à Ala Liberal, entre 1970 e 1973. A quarta parte analisa as eleições de 1973, sob o olhar do semanário, bem como a sua perspetiva em relação ao bloqueio final de liberalização do regime. Por fim, acompanha-se o posicionamento do jornal relativamente aos eventos do 25 de Abril de 1974, até ao desmembramento do *Comércio do Funchal* e o seu fim.

Desta forma, é importante referir ainda que o estudo do *Comércio do Funchal* permite acompanhar uma representação da oposição democrática madeirense, no período estado-novista, algo que está parcamente realizado.

No que concerne à historiografia e análise mediática do jornal, a literatura existente, embora específica, oferece contributos fundamentais para a compreensão do seu papel na esfera pública madeirense. Destaca-se, desde logo, o contributo de Vicente Jorge Silva na obra coletiva *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, onde o autor assina o capítulo «O "Comércio do Funchal" e a Autonomia»[3], explorando a relação intrínseca entre o periódico e o pensamento autonómico regional.

Complementarmente, a dimensão política do título em períodos de transição é abordada na dissertação de mestrado de Ana Isabel Gouveia Francisco, intitulada *O Pós-25 de Abril no Arquipélago da Madeira e a sua Influência na Política Regional*[4], que contextualiza a atuação do jornal no quadro das transformações democráticas. Numa vertente de análise mais voltada para as dinâmicas de representação, a dissertação de Vítor Diogo Freitas Pereira, *Análise Socioeconómica da Madeira no período revolucionário através das representações do Comércio do Funchal*[5], fornece um exame detalhado sobre como o jornal refletiu e moldou a perceção da realidade socioeconómica insular durante o processo revolucionário.

Este conjunto de estudos constitui o alicerce teórico necessário para aprofundar a análise sobre o impacto e a relevância histórica desta publicação no contexto do arquipélago. Deste modo, este artigo pretende trazer informação que demonstre a real importância do semanário, apresentando uma realidade inédita no panorama regional, mas também num prisma nacional.

Refundação e Primeira Fase do *Comércio do Funchal* (1966-1968)

Com origem no século XIX, o *Comércio do Funchal* foi utilizado como base para a criação de um jornal moderno, que discutisse os problemas locais, nacionais e internacionais, mesmo tendo consciência das limitações impostas pela censura[6].

---

3 SILVA, 2008, «O "Comércio do Funchal" e a Autonomia».

4 FRANCISCO, 2024, *O Pós-25 de Abril no Arquipélago da Madeira e a sua Influência na Política Regional.*

5 PEREIRA, 2023, *Análise Socioeconómica da Madeira no período revolucionário através das representações do Comércio do Funchal.*

6 FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 143.

Vicente Jorge Silva[7] e os restantes "refundadores" do semanário tinham em mente que seria difícil a criação de raiz de um jornal com as linhas que os mesmos desejavam. Assim sendo, a solução passou pelo controlo – e transformação radical – de um jornal já existente, facilitando o lançamento do novo projeto. Para manter uma linha de continuidade – e a credibilidade institucional –, o antigo diretor, João Carlos Veiga Pestana, manteve o seu posto, ainda que honorário. A relevância dessa continuidade formal com o passado é percetível pelo facto de o jornal, antes da sua reformulação, em 1967, não ser visado pela censura, tal como é possível analisar no primeiro número da nova versão do semanário, de 1 de janeiro de 1967. A negociação do aluguer do jornal iniciou-se ainda em 1966, sendo confirmada a mudança de redação e de estrutura em 18 de dezembro de 1966. Nesse número indica-se que o *Comércio do Funchal* viria em 1967 «de fato novo»[8]. A reformulação – ou refundação – do jornal, foi efetuada por um grupo de jovens, detentores de um grupo de publicidade denominado de *FOCO*[9]. Numa entrevista a João Figueira, em 2009, Vicente Jorge Silva alegou que este procedimento foi financiado pelo capital ganho pelas atividades de mesmo grupo publicitário[10]. No entanto, num relatório da delegação da PIDE do Funchal foi apontado «o apoio moral e financeiro dos velhos democratas[11]», tornando assim possível o arrendamento do semanário[12]. Este mesmo relatório é datado de 24 de setembro de 1969, referindo-se ao auxílio prestado pelos «velhos democratas» no pagamento das rendas mensais, em caso de dificuldade. De qualquer modo, a participação destes «velhos democratas» é indicadora da orientação do jornal, que seria um meio editorial, no mínimo, com opiniões adversas ao regime.

---

7 Nascido no Funchal, a 8 de novembro de 1945, desde cedo se apaixonou pelo Cinema, sobre o qual escreveu no *Jornal da Madeira*. Aos 15 anos foi expulso do Liceu no Funchal e continuou no Continente os seus estudos. Aos 18 anos partiu para França, onde por lá trabalhou, e de seguida rumou para o Reino Unido. Voltou à Madeira e, em conjunto com os restantes integrantes da *FOCO*, alugou *O Comércio do Funchal*. Em 1974, rumou novamente ao Continente e ingressou na atividade jornalística no *Expresso*, onde exerceu as funções de chefe de redação e de diretor-adjunto. Passados 16 anos, em 1990, fundou o jornal *O Público*, tendo sido colunista no *Diário Económico*, no *Diário de Notícias* e no *Sol*. Foi eleito deputado em 2002 para a IX Legislatura, pelo círculo eleitoral de Lisboa, representando o Partido Socialista.

8 *Comércio do Funchal*, 18 de dezembro de 1966, n.º 1195, pp. 1 e 13.

9 O grupo *FOCO* era uma agência de publicidade que reunia os atores da restruturação do *Comércio do Funchal*. Entre eles encontramos Vicente Jorge Silva, José Manuel Barroso e Artur Andrade.

10 FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 142.

11 Os «velhos democratas» são César Pestana e António Sales Caldeira.

12 Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Arquivo PIDE/DGS*, Núcleo de processo 426 – Serviços Reservados: Circulares; Correspondência Confidencial recebida e Relatórios (1951-1971): Relatório do dia 24 de setembro de 1969, debruçando-se sobre: a Situação Política no Arquipélago da Madeira; a Ação do Movimento Oposicionista no Momento Atual; a Ação da União Nacional.

Desde o primeiro número, a nova equipa redatora deixou claro o ideal jornalístico defendido. Num pequeno texto denominado «Comunicações ao leitor», foi apresentada a filosofia que a equipa desejou levar avante nos seus periódicos. Um jornal onde «nenhum artigo, nenhuma rubrica, nenhuns inquéritos» seriam influenciados por condicionantes externas ao mesmo e aos leitores, acrescentando que seria «um jornal feito para o leitor»[13]. Assim, foi promovido desde cedo um protesto favorável à expressão livre de ideias e à liberdade de imprensa. Os limites da censura seriam explorados ao máximo, tirando proveito da fronteira do aceitável, dentro dos limites impostos pelo regime. De referir que os outros títulos da imprensa madeirense congratularam a nova fase do jornal (*Diário de Notícias*, *Jornal da Madeira* e *Voz da Madeira*), fazendo referências ao primeiro número editado a 1 de janeiro de 1967[14].

Neste primeiro ano de "nova existência", o semanário teve uma vida tranquila, publicando e desenvolvendo conteúdos, segundo o formato almejado pela nova equipa. Ao longo de 1967, várias entrevistas e reportagens foram feitas, dando voz a várias personalidades madeirenses, de várias orientações. Várias foram as vezes que o periódico teve nas suas páginas textos que incluíam o testemunho de cidadãos ativos da oposição democrática, como, por exemplo, Aníbal Fernando da Trindade, que participou no inquérito «Madeira – uma zona turística?»[15], mas também a participação de membros da União Nacional, com cargos de responsabilidade administrativa ou de representação política, como Rui Vieira, deputado à Assembleia Nacional. Por exemplo, no artigo «Fomento», Rui Vieira apontou as dificuldades na economia insular e a necessidade da modernização e avanço da agricultura madeirense[16].

Noutro artigo, sobre Alberto Araújo, membro da União Nacional e deputado da Assembleia Nacional, foram feitos elogios e reparos ao seu pensamento e ação política[17]. O semanário tendia a concordar com este deputado, o qual considerava falaciosa a ideia de que o desenvolvimento económico do arquipélago se resumiria exclusivamente com «o fomento do turismo». Alberto Araújo considerava também que não se devia «relegar para segundo plano outras atividades, nomeadamente agricultura». Acrescentou ainda dois pontos problemáticos na realidade social madeirense: o grande fluxo migratório da ilha para o exterior, e as difíceis condições

[13] *Comércio do Funchal*, 1 de janeiro de 1967, n.º 1916, p. 11.
[14] *Comércio do Funchal*, 8 de janeiro de 1967, n.º 1917, p. 2.
[15] *Comércio do Funchal*, 8 de janeiro de 1967, n.º 1917, p. 1 e 2.
[16] *Comércio do Funchal*, 8 de janeiro de 1967, n.º 1917, p. 6.
[17] *Comércio do Funchal*, 29 de janeiro de 1967, n.º 1920, pp. 3 e 7.

de vida da população rural, que eram a principal razão da saída dos madeirenses. Todavia, ao discurso de Alberto Araújo, o semanário acrescentou questões a serem vistas para o melhoramento das condições de vida da população, nomeadamente a distribuição dos excedentes agrícolas, a resolução do problema do crédito agrícola, a organização dos serviços sanitários, a resolução do problema da alimentação das populações rurais, entre outros. O semanário remata: «Eis um mundo de problemas a resolver se quisermos transformar a economia da ilha e dar-lhe bases sólidas de crescimento». Uma afirmação que deu origem a uma resposta de Alberto Araújo, o qual teria afirmado que não lhe caberia a responsabilidade de encontrar as soluções dos problemas mencionados, algo com o qual o semanário discordou categoricamente, pois acreditava que a missão de deputado incluía a de solucionar ou, pelo menos, propor caminhos para o tratamento das adversidades apresentadas.

Neste contexto, o *Comércio do Funchal* distinguiu-se desde muito cedo com textos de profundo ideal social, segundo linhas progressistas, algo bastante inédito na imprensa regional, e muito limitado ao nível da imprensa nacional, podendo ser porventura comparado a publicações do tipo *Seara Nova*. Estes textos eram principalmente publicados no editorial do periódico madeirense, utilizado como meio de divulgação de textos de opinião diversa da prevalecente no Estado Novo. O primeiro editorial a realizar uma profunda reflexão política e social da realidade nacional foi publicado em 26 de fevereiro de 1967. Logo no primeiro parágrafo, apontou as pessoas como seres pensantes, com poder de decisão e inteligentes. Para começar, compôs uma premissa que ia contra o regime vigente, pois o autoritarismo político limitava o poder de decisão social, cortando uma das liberdades básicas de um cidadão livre. O editorial emitiu uma reflexão sobre o papel de todo o ser-humano, bem como a escolha entre os conceitos de bem e mal:

> «Há momentos da vida do Homem em que este se interroga (ou deveria fazê-lo) acerca da sua função específica de ser inteligente, com uma capacidade crítica e realizadora. Momentos que representam uma escolha entre os conceitos do bem e os conceitos do mal.»[18]

No segundo parágrafo, continuou a reflexão sobre o poder de análise do cidadão. Afirmou que, após reflexão, o ser pensante é capaz de optar pelos diversos caminhos existentes, considerando que o defensor de uma causa lutaria pela mesma, apesar das retaliações que isso poderia implicar. Uma referência implícita à luta oposicionista dos democratas e daqueles que faziam frente ao regime do Estado Novo, contra as forças opressoras.

[18] *Comércio do Funchal*, 26 de fevereiro de 1967, n.º 1924, p. 1.

> «Nesses momentos, o Homem afirma-se como ser pensante, dotado de um poder de análise do que lhe rodeia e de, em função disso, ser capaz de optar entre um ou outro dos caminhos que se lhe oferecem. Aí, o Homem afirma-se como ser humano integral, ser dominado pelo poder único e exclusivo da razão. E, para além de uma escolha, é capaz de mantê-la contra ventos e marés, às vezes com sacrifício daquilo que mais ama – a vida.»[19]

O editorial prossegue, defendendo a ideia de que, face às adversidades, incluindo entre elas «a chantagem» e «o comodismo», às quais não existe cedência, é difícil lutar pela implantação do ideal. Quanto maiores as tentações, maior é a exigência atribuída a quem batalha, declarando que, no fim, os resultados serão positivos e se chegaria a «porto bom». Esta ideia é de alguma forma premonitória, pois a visão do autor acabaria por prever a chegada do tal «porto bom», com a Revolução dos Cravos, pouco mais de sete anos após a publicação deste editorial.

> «Então, o Homem realiza-se em toda a sua dignidade e a nada cede – ao sentimentalismo, à chantagem, ao suborno, aos prazeres fáceis, à vida cómoda e despreocupada, à força, até. E realiza-se com tanto maior dignidade quanto as mais difíceis são os tempos e quanto maiores são as tentações de cedência. O homem arrasta as tempestades, certo que a bonança há de chegar, porque as intempéries não são eternas e, mais cedo ou mais tarde, o porto bom há de aparecer.»[20]

Este texto, muito motivador para o fomento da reflexão, foi inspirado na história do Padre Kolbe, citado pelo bispo do Funchal, D. João António da Silva Saraiva, numa celebração dominical, onde explicava que a sua luta o levou à morte no campo de concentração de Auschwitz. É este o exemplo que o editorial utilizou como base de inspiração para a criação deste texto. O acontecimento que levou à sua morte é a demonstração dos «dois conceitos diferentes do Homem, um gerando a violência e o outro o amor». Para concluir, o editorial afirmou que «a liberdade é a maior glória do Homem», acrescentando ainda que o caminho deveria ser feito pela escolha do bem. Como tal, fazia-se a apologia de uma sociedade livre, em contraste com a realidade em que se inseria o periódico madeirense. Este editorial representava bem a filosofia política dominante na equipa que fazia parte do semanário, demonstrando as linhas orientadoras que os mesmos seguiam: a defesa da democracia e da liberdade. Claramente, a expressão destas posições só foi possível devido à não intervenção da censura. Durante todo o ano de 1967 não há referência a que o jornal tivesse sido visado pela censura, um legado herdado do antigo formato do periódico. Como tal, durante longos meses, o semanário beneficiou de maior liberdade de expressão, o

[19] *Comércio do Funchal*, 26 de fevereiro de 1967, n.º 1924, p. 1.
[20] *Comércio do Funchal*, 26 de fevereiro de 1967, n.º 1924, p. 1.

que contribuiu para a construção de uma base forte de leitores assíduos e presentes, principalmente nas universidades continentais[21].

Contudo, este novo posicionamento do *Comércio do Funchal* acabou por criar anticorpos, levando outros órgãos de comunicação social a criticar o *modus operandi* do semanário. O *Comércio do Funchal* reagiu, defendendo-se das críticas logo a partir de 5 de março de 1967. Neste caso, o semanário defendeu-se da acusação de que este teria «"espinhos"» contra certos órgãos e departamentos. Queria-se com isto dizer que o jornal nutriria um especial desagrado e aversão a certos meios da imprensa madeirense próximos do regime. Acusação prontamente negada pelo *Comércio do Funchal*, que afirmou não nutrir qualquer tipo de aversão a «departamentos oficiais» ou «colegas de imprensa», declarando:

> «Simplesmente, como defensores que somos de uma livre troca de opiniões entre os homens. Independentemente dos lugares que ocupam, dos departamentos que representam ou das ideologias que professam, não seremos nós os primeiros a abdicar de tais princípios, sob pena de estarmos a negar a função própria da imprensa e a burlar o público, que nela crê e dela espera honestidade e verdade. E só lamentamos que tal doutrina não encontre eco em órgãos que deviam secundar-nos em vez de encontrarem "espinhos" naquilo que é a sequência natural de um direito e de um dever caro a qualquer jornal ou jornalista.»[22]

Noutro editorial, a 12 de março de 1967, intitulado «Jornalismo independente», o *Comércio do Funchal* reafirmou a sua independência na criação de conteúdo e gestão, clarificando que nenhum fator externo influenciava o que era publicado no periódico:

> «Se somos por um jornalismo independente – e independente no sentido mais genuíno da expressão – é porque estamos absolutamente cônscios de que a Imprensa, para conseguir cumprir por inteiro a sua verdadeira função, deve estar à margem de quaisquer dependências, submissões ou compromissos que possam afectar a sua isenção e a sua objectividade.»[23]

Ficavam assim públicas as linhas orientadoras do novo projeto jornalístico, nomeadamente a recusa de quaisquer pressões e constrangimentos externos, em especial políticos. À luz desta posição, o semanário permitiu-se debruçar sobre inúmeros temas, todos aqueles que considerasse que deviam ser falados. Problemas da sociedade madeirense foram múltiplas vezes dissecados, criticando-se, inclusivamente, personalidades políticas. Este é um aspeto que podemos verificar no

[21] FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 144.
[22] *Comércio do Funchal*, 5 de março de 1967, n.º 1925, p. 1.
[23] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1967, n.º 1926, p. 1 e 2.

texto de 19 de março de 1967, «Os problemas da Madeira na Assembleia Nacional», onde o semanário apontou o problema da falta de planificação económica, por parte do governo, no Distrito Autónomo do Funchal[24]. De facto, o governo nacional não tinha em devida conta as especificidades do arquipélago, inclusivamente no plano económico. Entramos aqui na questão autonómica, mesmo que de forma ligeira, sem mencionar o desejo autonomista do jornal. Os números seguintes seriam bastante mais diretos sobre a questão. Para o semanário, a planificação feita ao nível nacional, numa perspetiva centralista, era insuficiente para solucionar os problemas do arquipélago.

Ao longo de 1967, a redação foi publicando vários artigos, entrevistas, textos de opinião, que exprimiam a nova orientação do jornal. Um dos pontos fortes do semanário era a defesa do diálogo e do direito ao questionamento e à crítica dos governantes. Num editorial, denominado «Diálogo entre Governantes e Governados», apresenta-se a necessidade de uma aproximação dos governantes à realidade dos governados. Logo no início da exposição, mencionou-se uma afirmação de Fernando Couto, presidente da Câmara do Funchal, numa entrevista dada ao *Jornal da Madeira*, a 18 de setembro de 1966. Nesta, afirmou que tinha a obrigação de tentar esclarecer os munícipes acerca de questões relativas à administração da cidade. Com isto, o autor do editorial louvava a atitude, «de se sujeitar à crítica», do representante político. Acrescentou, ainda, o argumento da humanidade dos representantes políticos, podendo por isso cometer erros e decisões incorretas, insistindo na ideia de que o diálogo era necessário. No entanto, esse diálogo era na prática inexistente:

> «Os governantes, pessoas escolhidas pela comunidade para valerem pelos seus interesses e por isso perante ela responsáveis, são, também, seres humanos sujeitos ao erro. Não são deuses ou criaturas iluminadas. São apenas homens. Dos procedimentos humanos qual o menos inteligente do que pretender impor uma verdade, do que classificar isto ou aquilo de indiscutível? Aliás a auto-suficiência é característica dos espíritos tacanhos, dos inimigos a sociedade. Enquanto alguém insistir numa imposição de uma verdade seja qual for a matéria a que se pretende aplicar, não viveremos num clima humano porque nele o diálogo está ausente. É um clima de Violência. De violência camuflada, mascarada, mas nem por isso menos opressora.»[25]

Neste contexto, o primeiro ano da "nova vida" do semanário foi relativamente tranquilo, não havendo menção à censura em nenhum dos números. Pode concluir-se que a redação publicou artigos "sem filtros", podendo assim ser transparente, tal

[24] *Comércio do Funchal*, 19 de março de 1967, n.º 1927, p. 1 e 3.
[25] *Comércio do Funchal*, 26 de março de 1967, n.º 1928, p. 1 e 2.

como mencionado inúmeras vezes. E vários foram os artigos onde questões políticas, sociais e económicas estão mais ou menos presente[26].

Esta situação de relativa liberdade – e tranquilidade – alterou-se em 1968, ano que colocou à prova a existência do semanário. No primeiro semestre de 1968, o semanário não teve nenhum problema, publicando-se, aparentemente sem a intervenção da censura, não existindo a notificação "Visado pela Censura". Todavia, a censura iria atuar no segundo semestre de 1968, pois, tal como dissera Salazar a Adriano Moreira em fevereiro de 1966: «Neste país, apenas o chefe do governo está isento de censura. Todos os demais, incluindo os ministros, lhe estão subordinados.»[27] A intervenção da censura foi concomitante à projeção mediática e ideológica do *Comércio do Funchal*. De facto, ao longo de 1968, os artigos publicados são cada vez mais politizados, criticando-se abertamente o capitalismo e muitas decisões tomadas pelo governo central. No artigo intitulado «Política de Austeridade…», publicado a 11 de fevereiro de 1968, o semanário critica o capitalismo, falando sobre a exploração em benefício do lucro, dizendo:

> «Não nos admiremos demasiadamente, no entanto. Na selva conquista dourada do lucro – numa sociedade de livre iniciativa e livre concorrência – não há meios que resistam à obtenção dos fins: mesmo que o preço a pagar sejam os da desonestidade e da imoralidade. A exploração do homem pelo homem, é assim, sem ilusões nem figuras de retórica, o negro pão de cada dia»[28].

O jornal, como pode ser lido, demonstrava uma opinião anticapitalista, ou pelo menos, contra o capitalismo fomentado pelo Estado Novo. Esta posição vai ficando cada vez mais vincada, sendo expressa no artigo «Organização e Moralidade», onde a estrutura capitalista é posta completamente em causa, considerada desde logo como «amoral». São questionadas as verdadeiras intenções do sistema capitalista, sendo impossível compactuar com uma dimensão social, injusta, pelo que seria indispensável alterar a estrutura social, económica e política do país, culminando na instituição de uma «sociedade socialista»:

> «Resumindo e em conclusão: na sua pureza, na sua essência, a empresa capitalista é amoral. Único princípio: obtenção do maior lucro. A amoralidade é, portanto, inerente ao sistema de produção capitalista. Se a certa altura se lhe introduziu um elemento

[26] No mês de maio de 1967, o *Comércio do Funchal* publicou apenas nas duas primeiras semanas, ficando sem qualquer tiragem até ao dia 4 de junho desse mesmo ano. O semanário não mencionou nenhuma razão para a paragem. Contudo, a 4 de janeiro de 1970, dois anos e meio depois, afirmou-se no editorial que o periódico foi sacudido «por duas interrupções», não referindo de que se tratariam de ações levadas a cabo pela censura salazarista. Por não apresentar a notificação "Visado pela censura", é possível que outras razões tenham levado à interrupção.

[27] NOGUEIRA, 1987, *Um Político confessa-se*, p. 251.

[28] *Comércio do Funchal*, 11 de fevereiro de 1968, n.º 1971, p. 3.

> ético – a sua dimensão social, humana – isto se deveu à necessidade de sobrevivência, de coexistência com outro tipo da Sociedade: a sociedade socialista. O preço dessa sobrevivência é a racionalização, a organização. A organização constitui, pois, o elemento que concretiza, que materializa, que assinala objetivamente a entrada da moralidade na empresa capitalista.»[29]

Neste texto, a presença de elementos marxistas, ou simplesmente, da esquerda política, é evidente. Bem como em textos anteriores, é possível observar uma linha ideológica oposta ao regime, algo que foi confirmado por Vicente Jorge Silva, em 2009, quando afirma: «todos nós eramos contra o regime, tínhamos essa consciência»[30]. Este posicionamento foi-se solidificando, culminando na afronta às ideias e decisões do governo central. Este posicionamento criou tensões, num primeiro tempo, com outros órgãos de imprensa, aliados ao governo, como o *Jornal da Madeira* e o *Voz da Madeira*, sendo este último propriedade do deputado madeirense e líder da União Nacional, Agostinho Cardoso[31]. Num editorial, publicado em 24 de março de 1968, o periódico confessou a sua faceta crítica, que afirmou ser criadora de ideias construtivas, não seguindo por "águas mansas. Esta posição pode ser comprovada no seguinte excerto:

> «Ora "Comércio do Funchal" resolveu não aceitar a intocabilidade. A análise dos actos dos homens, deriva de uma dupla responsabilidade – a do jornal perante o público e a do dirigente perante a sociedade. Não é por prazer ou por qualquer objectivo subterrâneo que se elogia ou critica. Critica-se o que em consciência se julga incorrecto; elogia-se o que em consciência se pensa justo. Se a responsabilidade da pessoa ou instituição visadas é maior, criticar-se-á ou elogiar-se-á com maior força; se é menor, menor será a crítica ou o elogio. E isto porque, geralmente, à maior responsabilidade corresponde a maior ou menor importância da decisão e da acção.»[32]

Mas esta atitude crítica e de afronta ao *status quo*, bem como a defesa do socialismo, trouxe dissabores ao *Comércio do Funchal.* A Igreja Católica, nomeadamente o Seminário Maior do Funchal, reagiu ao jornalismo independente do *Comércio do Funchal*. Este semanário publicava textos sobre figuras internacionais da Igreja Católica, como, por exemplo, D. Hélder Câmara[33], cujo pensamento era próximo do socialista. Facto que desagradou à hierarquia católica madeirense. Em 5 de maio de 1968, o semanário publicou a carta deste representante progressista da Igreja Católica brasileira, carta esta que se dirige aos jovens do mundo, com palavras de

---

[29] *Comércio do Funchal*, 31 de março de 1968, n.º 1978, p. 9.

[30] FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 144.

[31] TORGAL; CORDEIRO; PIMENTA, 2019, *Regionalismo e Autonomia* […], p. 106.

[32] *Comércio do Funchal*, 24 de março de 1968, n.º 1977, p. 1.

[33] Arcebispo do Recife entre os anos de 1964 e 1985, um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e grande defensor dos direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil.

encorajamento à mudança e ao avanço[34]. O *Comércio do Funchal* elogiou tais palavras, e voltou a falar sobre esse assunto no dia 12 do mesmo mês, abraçando o discurso pró-liberdade e anti-imperialista[35]. O Seminário Maior do Funchal reagiu, proibindo a leitura do semanário nas suas instalações. Esta decisão foi denunciada pelo semanário aos seus leitores, no dia 19 de maio de 1968, argumentando:

> «Num momento em que o diálogo se tornou palavra de ordem para a Igreja e a aproximação entre todos os homens, sinceramente empenhados na construção de um mundo mais justo e mais humano, é ardentemente pregada pelas mais esclarecidas figuras do pensamento católico contemporâneo […], a "excomunhão" que nos atinge, além de contraditória face a esses princípios – que todos dizem acatar, mas que bem poucos assumem na prática – torna-se talvez reveladora de um "medo" de confrontação, feita pelos jovens seminaristas, entre os nossos "erros sociológicos" e as "verdades" que lhes são ministradas por alguns mestres.»[36]

Mas a situação do periódico islenho agravou-se em junho de 1968. No dia 2 de junho, o *Comércio do Funchal* publicou uma reflexão sobre a celebração do 28 de Maio de 1926, aniversário do golpe de Estado levado a cabo pelo general Gomes da Costa, golpe que instituiu a Ditadura Militar[37]. Tratou-se de uma reflexão crítica não só sobre o acontecimento em si, mas também sobre o "regime corporativo" instituído pelo Estado Novo, denunciando-se o atraso económico-social do país:

> «Temos, assim, que, quatro décadas passadas depois de posta em vigor uma "organização corporativa" os problemas fundamentais da vida nacional, apesar das medidas tomadas, permanecem vivos e condicionam os caminhos do futuro. Ninguém negará a agudez da crise económica nacional, nem o aumento do custo de vida, nem os valores da emigração, nem o problema habitacional, nem o marasmo da vida cultural e científica, nem os frágeis índices da cobertura médico-assistencial do país, nem a mediocridade da prática gimno--desportiva.»[38]

A reação do regime foi imediata, tendo o jornal sido suspenso, voltando a ser publicado apenas cinco meses depois. Todavia, seria pouco correto justificar a suspensão apenas com o número mencionado. De facto, podemos concluir que o acumular de artigos "anti-situacionistas" "criou" as condições, ou melhor, deu o pretexto para que a ditadura atuasse no sentido da suspensão do semanário.

---

[34] *Comércio do Funchal*, 5 de maio de 1968, n.º 1983, p. 6.
[35] *Comércio do Funchal*, 12 de maio de 1968, n.º 1984, p.1
[36] *Comércio do Funchal*, 19 de maio de 1968, n.º 1985, p. 3.
[37] CASTILHO, 2009, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, p. 45.
[38] *Comércio do Funchal*, 2 de junho de 1968, n.º 1987, p. 1.

A Segunda Fase do *Comércio do Funchal*. As Eleições para a Assembleia Nacional de 1969

A suspensão do *Comércio do Funchal*, em junho de 1968, acabou por coincidir com o final do governo de Salazar e a consequente alteração de chefia do governo em setembro de 1968[39]. Esta alteração terá beneficiado o semanário, uma vez que a suspensão do jornal foi anulada, voltando a publicar-se a partir de novembro de 1968. Mas com uma modificação relevante: o jornal passa a ser "Visado pela Censura", surgindo essa notificação nos números publicados. Ainda assim, o jornal manteve a estrutura, direção e orientação. De assinalar que o regresso do semanário foi aplaudido pelos jornais madeirenses, entre os quais o *Voz da Madeira*[40]. Interessante facto, pois, apesar de se poder acreditar nas palavras expressas pelo órgão de comunicação em causa, não pode ser ignorada a reação negativa expressa por meios afetos ao regime ao *Comércio do Funchal*. No plano nacional, o regresso do semanário madeirense foi assinalado pelo *Diário de Lisboa*, por palavras de Mário Sacramento, e pela revista *Seara Nova*.

O regresso do *Comércio do Funchal* fez-se de forma tranquila. No primeiro número, o editorial denominado «O Recomeço e a Primavera» reafirma a linha editorial e independência face «a quaisquer influências». Neste mesmo texto, agradecendo aos assinantes pela solidariedade expressa durante estes tempos, a direção deixa bem clara a importância do periódico, e daquilo que ele representava:

> «Mas, para além de explicações que se pensa deveriam ter sido dadas, há outros problemas – e o jornal tornou-se hoje num símbolo demasiado vivo para que sejamos nós a prendermo-nos a dever cujo cumprimento poderia ter, nas circunstâncias, consequências imprevisíveis.»[41]

Um jornal que mostrou ser, com pouco mais de um ano de existência, uma peça importante para a divulgação de textos oposicionistas. A distribuição bastante considerável do periódico no Continente português, em maior número que na própria ilha da Madeira, representa bem o seu impacto nacional, sobretudo entre os meios oposicionistas e críticos da ditadura[42]. O objetivo do jornal mantém-se o mesmo de 1967, mas agora a sua atuação era feita sob o olhar atento da censura, a despeito da aparente liberalização operada por Marcelo Caetano. De resto, o *Comércio do Funchal*

[39] ROSAS, 1998, *O Estado Novo*, p. 485.
[40] *Comércio do Funchal*, 3 de novembro de 1968, n.º 1988, p. 2.
[41] *Comércio do Funchal*, 3 de novembro de 1968, n.º 1988, p. 1.
[42] *Comércio do Funchal*, 10 de novembro de 1968, n.º 1989, p. 2.

questionou por várias vezes o alcance dessa alegada liberalização do marcelismo[43]. Assim, e com as eleições legislativas a menos de um ano de ocorrerem, o semanário questionou as mudanças produzidas pela governação de Marcelo Caetano. Se as primeiras medidas e palavras do novo chefe do governo geraram algum ânimo, também é certo que eram patentes os limites dessa liberalização[44]. E, sobretudo, havia novas expetativas e interrogações quanto ao ato eleitoral de 1969:

> «Que estilo terão as eleições 69? Manter-se-ão as tradições eleitorais ou inovar-se-á também nesse campo? Que papel será reservado aos grupos políticos que se opuseram durante os últimos tempos ao regime? Que tipo de facilidades estarão a ser previstas? Será que a todos os candidatos será dada a possibilidade de expor, sem peias, as soluções que preconizam face aos agudos problemas da vida nacional. Qual o rumo que se prevê seguir: o monólogo ou o diálogo?»[45]

O papel da oposição é aqui questionado, demonstrando vontade em saber que lugar e responsabilidade teria esta, juntamente com todo um conjunto de questões relativas à liberdade de discurso, de propaganda e apresentação das propostas, bem como a oportuna existência do debate político entre as diferentes listas que concorressem às eleições. Seriam eleições livres? Ou seria uma corrida desde logo viciada, pendendo para o lado do regime?

Na entrada do ano de 1969, o *Comércio do Funchal* insiste em manter o formato que prezava e acreditava ser o mais correto, mantendo a linha crítica e demonstrando a "aura" democrática que o tornava tão particular. Apesar da suspensão ocorrida em 1968, o periódico não cedeu aos medos e pressões da censura. De resto, o jornal cultivava a democracia interna, prezando a livre expressão de ideias, a partilha de opiniões de diferentes personalidades políticas, incluindo da União Nacional. Aliás, o jornal valorizava a ação de alguns membros da União Nacional, sempre que estes exibissem pontos de defesa comum, seja pelos direitos gerais do cidadão, seja por aspetos da realidade madeirense. Por exemplo, a 23 de fevereiro de 1969, no editorial «Proteção à velhice», o semanário felicitou o trabalho desenvolvido por Agostinho Cardoso na Assembleia Nacional, dizendo inclusive que se tratara do «momento mais alto dos trabalhos "da sessão legislativa" daquele organismo político»[46]. Neste texto, o semanário explicou a base da ideia do deputado da Assembleia Nacional, onde o mesmo prevê uma assistência social total para a população idosa. Esta medida ia ao encontro das políticas defendidas pelo jornal, onde o cariz social do Estado, segundo o

[43] ROSAS, 1998, *O Estado Novo*, p. 489.
[44] LEMOS, 2012, *Oposição e eleições no Estado Novo*, p. 489.
[45] *Comércio do Funchal*, 9 de dezembro de 1968, n.º 1993, p. 7.
[46] *Comércio do Funchal*, 23 de fevereiro de 1969, n.º 2003, p. 1.

modelo do Estado Providência, é defendido. Exemplo disso mesmo é um artigo sobre o «Direito de estudar», onde o semanário sugere a criação de bolsa de estudos para alunos socioeconomicamente carenciados, mas detentores de claras capacidades, atingindo aqui um discurso de inserção social e de promoção dos cidadãos, bem como de fomento da meritocracia[47].

Com o passar dos meses, o semanário foi-se focando nos aspetos políticos ligados às eleições legislativas. Apresentou o exercício do direito de voto como um dever do cidadão[48], obviamente dentro das condições limitadas impostas pelo regime. Além disto, artigos de elevado significado política ganharam densidade ideológica, exprimindo as posições progressistas do jornal. O periódico passa a defender, também e de forma mais consistente, o regime autonómico para a Madeira. O *Comércio do Funchal* revelou-se o principal jornal apoiante do projeto autonómico para o arquipélago, reacendendo inclusivamente o debate sobre o tema[49]. No editorial de 23 de março de 1969, o semanário clarificou a sua posição relativamente à política regional. Assim, defende que a região madeirense deveria ver estendida a sua autonomia, ter maior poder de decisão, nunca caindo no separatismo absoluto e deixando claro que existe lugar para a convivência Região-País. Além disso, o semanário afirmou defender os interesses das classes baixas, do operariado, dos camponeses, do "povo humilde" e dos jovens a quem cabia construir o futuro:

> «É provável, portanto, que, muitas vezes, os interesses das classes desprotegidas não coincidam com os das classes favorecidas. Mas, quando tal contradição se instala, ninguém tenha dúvidas sobre a nossa opção.»[50]

O semanário justificou aliás a necessidade de autonomia como uma forma de atingir justiça social mais legítima, num discurso com marcas marxistas, marcado pelo apelo ao povo, aos camponeses, ao operariado. No mesmo texto, insiste-se na ideia de uma «região democraticamente alicerçada», onde todos os habitantes tivessem papel ativo na sociedade. A democracia era, pois, um objetivo notório, tanto no plano nacional, como regional, sendo que neste caso só poderia ser atingida com a autonomia insular. Assim, a descentralização autonómica passava por um processo democrático para a administração da Madeira, onde os governantes seriam eleitos e não nomeados pelo governo central:

---

47 *Comércio do Funchal*, 23 de fevereiro de 1969, p n.º 2003,. 4.
48 *Comércio do Funchal*, 26 de janeiro de 1969, n.º 1999, p. 2.
49 TORGAL; CORDEIRO; PIMENTA, 2019, *Regionalismo e Autonomia* […], p. 105.
50 *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, p. 1.

> «Defendemos uma descentralização baseada na eleição direta, pelos interessados, dos que irão executar a vontade geral – não uma descentralização fictícia, em que, embora dispondo de poderes largos, os quadros dirigentes continuem a ser nomeados por uma estrutura longínqua.»[51]

A aproximação do momento eleitoral motivou o periódico a partilhar publicamente os ideais democráticos. A inclusão de resoluções democráticas para soluções de incremento da autonomia madeirense é possivelmente a primeira vez onde, tão direta e abertamente, se defende a solução democrática. No seguimento do apoio aos ideais democráticos, o *Comércio do Funchal* vai noticiando as movimentações políticas oposicionistas, chamando a atenção para a ação de certas figuras democráticas. Foi o caso de Mário Sacramento que, em abril de 1969, publicou um texto apelando ao voto juvenil e à organização dos mesmos para o progresso[52]. Além disto, no mesmo número, existe um "recorte" logo na primeira página, em homenagem a esse democrata aveirense[53]. Mais tarde, no mês de maio, o periódico funchalense noticiou o início dos trabalhos do II Congresso Republicano, salientando que «ninguém deseja uma república autoritária», defendendo-se de novo e abertamente a democracia[54].

Esta defesa da democracia é espelhada na generalidade das ações promovidas pelo semanário. Este órgão de imprensa dinamizou diálogos, principalmente com o semanário *Voz da Madeira*, uma "voz" do regime. Esta iniciativa foi *sui generis*, sendo interessante pela raridade destas atividades ao nível nacional. Nota-se assim a abertura do periódico aos que, representando o partido do regime, a União Nacional, tivessem ideias que se aproximassem das propostas da oposição e do próprio jornal. Desta feita, ao longo do ano foi possível assistir a interações, iniciadas na sua maioria por artigos do *Comércio do Funchal*, sobre os quais o semanário *Voz da Madeira* não concordava. Respondendo a uma crítica de Agostinho Cardoso ao texto «Reforma Agrária»[55], incluído no número do dia 16 de março, José Manuel Barroso contra-argumentou, oferecendo pormenores no que diz respeito à sua perspetiva sobre o caso[56]. Entre várias intervenções, este último exemplo demonstra bem a realidade oferecida pelo diálogo entre ambos os jornais – um exemplo para a imprensa nacional.

---

[51] *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, p. 1.
[52] *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, pp. 6 e 9.
[53] *Comércio do Funchal*, 23 de março de 1969, n.º 2007, p. 1.
[54] *Comércio do Funchal*, 11 de maio de 1969, n.º 2014, p. 1.
[55] *Comércio do Funchal*, 16 de março de 1969, n.º 2006, p. 7.
[56] *Comércio do Funchal*, 27 de abril de 1969, n.º 2012, pp. 2 e 7.

Por outro lado, nunca atacando diretamente o governo central, o que seria potencialmente sinónimo de nova suspensão, o periódico, em textos com fundamentos socioeconómicos, denuncia o atraso da sociedade portuguesa. O editorial publicado a 10 de agosto de 1969 providencia dados elucidativos sobre a situação do país. Assim, Portugal encontrava-se sempre nos últimos lugares, numa classificação de vários pontos:

> «Entre 15 países da Europa […], somos o penúltimo na capitação do consumo de energia, depois de nós só a Turquia. Somos o antepenúltimo na capitação do consumo de aço, depois de nós só a Grécia e a Turquia. Somos o penúltimo nas taxas de escolarização, depois de nós só a Turquia. Somos o último na proporção do número de alunos do ensino superior para o conjunto da população: depois de nós, ninguém. Somos o penúltimo na capitação de consumo de carne, depois de nós, só a Turquia. Somos o último na capitação de consumo de leite, o último na capitação de calorias, e último na capitação diária de proteínas e penúltimo na capitação de gorduras diárias […]. Somos ainda o antepenúltimo, na relação de médicos e o número de habitantes […] e o penúltimo na capitação de dias de doença indemnizados pela previdência social […]. Exceptuando a Turquia, somos também o país onde as taxas de mortalidade infantil e de mortalidade pré-natal se apresentam ainda mais altas»[57].

Denunciando os problemas sociais existentes em Portugal, o periódico publicou um outro artigo, desta vez mais específico, intitulado a «Problemática da alfabetização». Trata-se de uma reflexão publicada no editorial do dia 17 de agosto, com base no discurso do então secretário-geral da UNESCO, René Maheu, onde se apontava a necessidade de tirar dois quintos da humanidade da obscuridão do analfabetismo. Com isto, o semanário denunciou as especificidades da sociedade portuguesa, demonstrando desde logo o atraso claro, em comparação com os restantes países europeus. Cerca de 40% da população portuguesa, à data, era analfabeta. Contudo, é avançado que estes números apresentados poderiam ser superiores, pois a contabilização era realizada com base no número de pessoas possuidoras do 3.º ano de escolaridade, sendo que muitas não praticariam a escrita e a leitura, perdendo assim as capacidades adquiridas. Para combater as baixas taxas de alfabetização, o semanário indica algumas medidas, entres as quais a escolarização gratuita e obrigatória. A alfabetização é entendida como «um meio necessário para se atingir uma sociedade melhor», entregando aos cidadãos, além de espírito crítico, uma solidariedade comum.

> «Alfabetizar e promover. Promover e libertar as pessoas de tudo aquilo que impedia a promoção. A alfabetização é, portanto, um meio necessário para se atingir uma

[57] *Comércio do Funchal*, 10 de agosto de 1969, n.º 2026, p. 1.

> sociedade melhor. Em que os cidadãos estejam possuídos de um alto espírito crítico e de solidariedade para e com os outros. Num processo de alfabetização há que não esquecer também este aspeto.»[58]

Com o início do período eleitoral, à oposição foi consentida a realização de campanhas de propaganda, criando a sensação de uma liberdade aparente. Mas os factos demonstraram o caráter não democrático das eleições. O *Comércio do Funchal*, observando o desfasamento entre as forças amestradas pelo governo e as que lutavam por uma mudança no sentido da democracia, publicou um primeiro artigo, a 28 de setembro de 1969, onde explicou as dificuldades que se colocavam às oposições. Em «Assembleia Nacional: «jogos e regras», que tipo de eleições?», o semanário afirmava a existência de limites à ação dos opositores, viciando assim à partida o sufrágio. De facto, para a União Nacional, a liberdade para realização de sessões e da reunião era total; porém, o mesmo não acontecia para as comissões eleitorais da oposição[59].

Era claro o apoio do *Comércio do Funchal* aos setores de oposição, defendendo-se abertamente a democracia e o socialismo. Daí que o jornal tenha noticiado as várias atividades levadas a cabo pela oposição, tanto no Continente, como nos espaços insular e ultramarino. Por exemplo, noticiou a realização de uma sessão oposicionista em Leiria[60], tal como a polémica rejeição da lista da oposição democrática de Moçambique[61]. No seio da oposição, não era clara a posição entre a Comissão Eleitoral de Unidade Democrática e a Comissão Democrática Eleitora. Na Madeira, a representação democrática resumia-se a uma única lista, a CEDM. Contudo, apesar do apoio à oposição, o *Comércio do Funchal* clarificou durante o processo eleitoral de que não se tratava de um órgão partidário, não estando ao serviço, nem tão pouco dependente da CEDM. O jornal mantinha a sua independência face aos movimentos políticos. No editorial de 28 de setembro de 1969, intitulado «Posição de Independência», é clarificada a posição do semanário e a autonomia que o mesmo desejava prezar[62]. Nas primeiras linhas, o semanário declara que a independência jornalística do órgão não significava a neutralidade, clarificando a posição do semanário nas eleições em causa. É declarado ainda que a escolha de um redator do *Comércio* do *Funchal* como candidato da oposição (José Manuel Barroso) não implicava a defesa incondicional do movimento que o mesmo representava. O periódico insistiu na ideia de independência face ao movimento político da oposição,

[58] *Comércio do Funchal*, 17 de agosto de 1969, n.º 2027, p. 1.
[59] *Comércio do Funchal*, 28 de setembro de 1969, n.º 2033, p. 5.
[60] *Comércio do Funchal*, 28 de setembro de 1969, n.º 2033, p. 8.
[61] *Comércio do Funchal*, 5 de outubro de 1969, n.º 2034, p. 8.
[62] *Comércio do Funchal*, 28 de setembro de 1969, n.º 2033, p. 1.

apesar de todas as linhas que os aproximavam, em termos políticos e ideológicos. Assim, é afirmado:

> «CF não é o órgão da Comissão Eleitoral Democrática da Madeira – nunca afirmou sê-lo, como nunca funcionou como veículo de propaganda da referida comissão (ao contrário do que tem sucedido com o semanário Voz da Madeira e o recém reaparecido jornal A Tribuna, distribuídos gratuitamente e em grande número através da ilha). O facto de um dos redactores do CF ser candidato a deputado pela CEDM e outro fazer parte dessa comissão eleitoral, não autoriza ninguém a identificar – para mais de forma tão ostensivamente abusiva – o nosso jornal com a referida CEDM. CF é – sim – um jornal que partilha o ideário democrático na sua expressão mais genuína e disso demos conta, claramente, no nosso EDITORIAL de 26 de setembro.»[63]

A experiência eleitoral comprova a forte posição política do periódico. De resto, o semanário funchalense manteve-se fiel às linhas construídas desde a sua renovação em 1967, sem receio de apoiar a comissão democrática madeirense, e a movimentação democrática que, entretanto, ocorria no Continente. Tanto a nível nacional como na região, a "luta" era desigual e isso refletia-se nos meios que cada um tinha à disposição. Tal como afirma o *Comércio do Funchal*, os periódicos regionais favoráveis ao regime tinham a sua distribuição facilitada, além de gratuita, sendo financiados pelo governo salazarista. Contudo, a penetração na classe mais desfavorecida da sociedade insular era mais desafiante, devido aos baixos níveis de alfabetismo e literacia presentes. Tal como afirma João Abel de Freitas[64], a leitura da imprensa era limitada a um número restrito de populares. O *Comércio do Funchal* enfrentava ainda a oposição de uma parte da Igreja Católica, tal como ficou evidente no acontecimento relacionado com o Seminário Maior do Funchal[65]. Apesar das dificuldades, o semanário remava contra a maré, destacando-se ainda mais no panorama da imprensa na Madeira e a nível nacional.

Num certo sentido, o período eleitoral reforçou o jornal oposicionista, colocando-o claramente – e publicamente – do lado das comissões democráticas, com todas as consequências e implicações que isso acarretava. Mesmo tendo sido, no ano anterior, suspenso pelas suas publicações desfavoráveis ao regime, o *Comércio do Funchal* manteve e aprofundou a sua orientação política favorável à democracia. A credibilidade do órgão teria ganho nesta ocasião mais solidez, motivando o desenvolvimento do projeto ao longo dos anos, continuando a estratégia de afrontamento ao regime.

---

[63] *Comércio do Funchal*, 19 de outubro de 1969, n.º 2036, pp. 2 e 11.
[64] FREITAS, 2015, *A Madeira nos Tempos de Salazar*, p. 163.
[65] *Comércio do Funchal*, 19 de maio de 1968, n.º 1985, p. 3.

Na sequência das eleições, o *Comércio do Funchal* continuaria a sua ação esclarecedora. Talvez seja possível afirmar uma maior tranquilidade em se debruçar sobre temas sensíveis, como questões governativas. Todavia, o periódico seguiu a mesma linha de pensamento na exposição de ideias democráticas, não se remetendo ao silêncio. Continuando a sua posição vanguardista na imprensa, o meio oposicionista questionou, pouco tempo após as eleições de 26 de outubro de 1969, acerca do futuro que o país iria tomar. No editorial de 2 de novembro de 1969, o semanário apontava a democratização como o caminho a seguir – a democratização política e económica. No entanto, existe um aspeto interessante no argumento apresentado: a integração na Europa Ocidental (CEE) não é vista de forma tão positiva. Segundo o mesmo editorial, a democracia deve respeitar as realidades de cada estado, nunca forçando dois estados a serem iguais na sua construção democrática, afirmando:

> «A conquista das "liberdades essenciais" dizem alguns. Pois é, mas não é preciso sair da Europa para aprender o que pode conduzir a europeização à força. O caminho terá de ser outro.»[66]

Toda a expectativa de mudança, proveniente dos discursos de Marcelo Caetano, levantou questões às mentes democráticas e aos oposicionistas nacionais. Por parte do semanário funchalense, as questões foram-se colocando logo após o escrutínio eleitoral, tendo em conta uma futura e eventual democratização. Existiu desde logo, por parte do periódico, o questionamento sobre as consequências para o país do ato eleitoral, além de considerar desde logo a necessidade de a oposição democrática rever a sua tática e estratégia políticas[67].

Pairava a dúvida sobre o futuro da realidade portuguesa, e, desta forma, o *Comércio do Funchal* apresentou os caminhos hipotéticos, passíveis de serem tomados. Por um lado, apresenta a hipótese de uma transformação meramente superficial das estruturas e situações, ou seja, um "reformismo moderado". Por outro lado, se viesse a ocorrer uma transformação profunda, ficava-se perante um processo potencialmente de «caracter revolucionário»[68]. Apesar de todas as incertezas, reconhecia-se que a nova legislatura teria novos desafios, influenciados pela democracia ocidental, com propostas onde a construção do «Estado Social» teria o seu início e uma certa «onda liberalizadora» poderia chegar a Portugal. No entanto, o jornal considera que ninguém do interior do regime iria concluir tal liberalização, «com o advento de uma ordem

[66] *Comércio do Funchal*, 2 de novembro de 1969, n.º 2038, p. 1.
[67] *Comércio do Funchal*, 2 de novembro de 1969, n.º 2038, p. 6.
[68] *Comércio do Funchal*, 9 de novembro de 1969, n.º 2039, p. 1.

democrática»[69]. No final de 1969, num texto de João José Teixeira, intitulado «Lá vamos a caminho da Europa», volta-se a refletir sobre as eleições para a Assembleia Nacional, ancoradas com a promessa de «renovação na continuidade» por parte do presidente do Conselho de Ministros, ou seja, modificações políticas que manteriam as infraestruturas vigentes. Refere-se igualmente a existência de uma «oposição não contestada», a conhecida Ala Liberal, bem como a exigência de construção de um Estado social (porém, não socializante), motivada pelo aparecimento de «potentes forças económicas»[70]. A existência dessa Ala Liberal no seio da Assembleia Nacional é apontada no texto de Luís Ramos, intitulado de «Novo Estilo», como um ponto de diferenciação em comparação com as Assembleias anteriores[71]. Ainda neste número, inserido na secção "O tempo e o modo", são referidos sistemas como o «socialismo democrático» e a «social-democracia» como possíveis caminhos para o futuro[72].

O editorial do último número de 1969 apontava o caminho que o jornal desejava trilhar em 1970. O editorial intitulado «Um Novo CF» evidenciava o desejo de renovação e aperfeiçoamento do periódico. Este aperfeiçoamento dependeria do número de «leitores anuais», sendo que o *Comércio do Funchal* apontava a necessidade de crescimento no número de leitores, juntamente com a crítica e sugestões dos mesmos, para que pudesse fazer mudanças qualitativas. O ano de 1970 seria, pois, «o começo de uma nova caminhada», não ignorando as dificuldades, conhecendo bem a luta que o jornal teria de travar[73]. A expressão nacional, desejada e conseguida pelo mesmo, acabaria por ser uma luta contra aquilo ao que chamaram de «isolamento insular». Com o terceiro aniversário, é apontada a existência de dificuldades vividas ao longo dos três anos. Mas o periódico afirma-se empenhado na análise e no esclarecimento dos factos, a partir de uma posição de defesa intransigente das classes desfavorecidas. Assim, o papel do periódico ao longo dos três anos é esclarecido no excerto seguinte:

> «Neste sentido, o CF acabou por ser – no decurso destes três anos – um espelho rasgado de tudo isso. Jornal jovem – partindo da inexperiência daqueles que desde o início a ele estiveram ligados – CF foi reflexo de uma experiência cívica em elaboração: das ideias à sua prática e desta de novo às ideias através da meditação sobre a correspondência entre uma coisa e outra, se foi percorrendo este caminho de três anos, sacudidos por

[69] *Comércio do Funchal*, 7 de dezembro de 1969, n.º 2042, p. 1.
[70] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 9.
[71] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 9.
[72] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 7.
[73] *Comércio do Funchal*, 21 de dezembro de 1969, n.º 2044, p. 1.

> duas interrupções[74]. Experiência quantas vezes áspera e amarga, mas cujo balanço nos parece oferecer – quanto mais não seja – uma lição salutar. E os erros são também frutos preciosos – se correctamente compreendidos e assumidos na necessária perspectiva crítica – em função dos caminhos a percorrer.»[75]

Mais uma vez, a recorrente mensagem do periódico destinado ao leitor e construído à volta do mesmo. Eis um ponto que é afirmado na conclusão do texto: o desejo de harmonizar a função de jornal regional «com o papel que já lhe cabe como órgão de vastas responsabilidades a nível nacional». Esta vontade expressa pelo periódico, na prática, já se encontraria em ação, pois, como foi observado, o *Comércio do Funchal* detinha um público de leitores muito forte no Continente. Os textos progressistas são por estes lidos e analisados, tendo o papel "nacional" bem patente na sua atividade. No entanto, é possível que fosse apenas uma consequência do trabalho realizado pelo semanário, sem que fosse intenção primária. O sucesso, alegadamente inesperado, motivou a redação a ter um foco nacional, em simultâneo com o trabalho regional que enfatizava querer continuar.

Apesar da mudança de ano, a questão eleitoral continuou bastante presente no primeiro semestre de 1970. O primeiro número de 1970 apresenta um texto da autoria de João José Teixeira, intitulado «1969 foi ano de eleições», onde se considera 1969 «um ano marcante para uma história dos tempos atuais»[76]. Resumidamente, o autor critica a atuação da dita oposição democrática. Esta, segundo o autor, não atuou da melhor maneira, por se ter dirigido às eleições de modo semelhante ao do «bom crente», «que todos os domingos tem de ir à missa cumprir ritual estabelecido»; por outros termos, uma ida pela presença «sob a forma que garanta a defesa de causa que representa». O autor aponta então a postura da oposição, considerando criticável que, na circunstância política em questão, não tenha agido da maneira mais conveniente. No que toca à ação da União Nacional, devido ao significado destas eleições, alegadamente mais livres, seria possível identificar, segundo João José Teixeira, um certo reformismo – «um reformismo que se prendeu a si próprio em nome dos interesses do Povo» –, apontando desde logo que existiam diversas definições para «interesses do Povo». No fundo, o governo pretendia obter do eleitorado a confirmação de renovação na continuidade, apresentando posteriormente isso mesmo

[74] O *Comércio do Funchal* teve até o período mencionado duas interrupções: a primeira, entre 14 de maio de 1967 e 4 de junho de 1967, da qual não se sabe a razão, podendo não haver relação com a censura; a segunda, entre 2 de junho de 1968 e 3 de novembro de 1968, constituiu uma suspensão ordenada pelo aparelho repressivo do regime.

[75] *Comércio do Funchal*, 4 de janeiro de 1970, n.º 2045, p. 2.

[76] *Comércio do Funchal*, 4 de janeiro de 1970, n.º 2045, p. 5.

à comunidade nacional e internacional, somando reconhecimento e auxiliando na ação propagandística. João José Teixeira concluiu então que a Oposição acabaria por colaborar nesta estratégia de Marcelo Caetano, dizendo que apenas no futuro se poderia responder, mais concretamente, se esta teria ganho algo.

A resposta ao artigo de João José Teixeira aconteceu em 1 de fevereiro de 1970, com a publicação do artigo «Das eleições/69: discute-se a Oposição», de Alberto Braga de Carvalho e Pedro Coelho. Um artigo bastante forte e de defesa da oposição, como fica patente logo no início do texto:

> «Com o título "1969 foi ano de eleições" e assinado por João José Teixeira, publicou o "Comércio do Funchal" de 4-1-70 um artigo que consideramos, desde já o dizemos, como dos mais infelizes que qualquer órgão democrático de informação publicou sobre aquele tema.»[77]

Os dois autores acusam João José Teixeira de falta de maturidade política, denunciando a carência de sentido crítico e o tom oportunista do artigo. Na visão de Braga de Carvalho e Pedro Coelho, João José Teixeira não conseguiu tirar quaisquer informações das eleições legislativas, apontando limitações, escrevendo ainda que o autor seria impertinente e «de mau gosto», pois acaba por divagar, sem construir um verdadeiro argumento sobre o tema.

Face às críticas, João José Teixeira contra-argumentou, afirmando:

> «Há críticas e Críticas. Satisfazem-nos bastante as críticas bem construídas que nos são feitas, principalmente quando provêm de pessoas qualificadas. Mas, por outro lado, achamos reveladoras as críticas do estilo da assinada por Pedro Coelho (que pretendeu ser candidato a deputado pela CEUD de Lisboa) e Alberto B. de Carvalho – à qual não respondemos directamente, por a considerarmos, por si, suficientemente elucidativa.»[78]

Neste segundo artigo, João José Teixeira clarificou algumas das afirmações feitas no primeiro artigo, reconhecendo que poderia ter sido mais esclarecedor. Mas afirmou também que problemas existem, sendo que resolver os mesmos seria uma tarefa conjunta de um governo aberto e uma oposição colaborante, um princípio democrático que não estaria em exercício em Portugal.

Este diálogo entre as diversas tendências de oposição acaba por ser interessante, comprovando que o periódico funchalense se encontrava sempre bastante aberto, concordasse ou não, facilitando a discussão entre partes opostas, com opinião diversa dentro do mesmo tema. No fim de contas, ambos os intervenientes apoiavam a oposição democrática.

---

[77] *Comércio do Funchal*, 1 de fevereiro de 1970, n.º 2049, p. 5.
[78] *Comércio do Funchal*, 1 de fevereiro de 1970, n.º 2049, pp. 5 e 6.

No entanto, um lado demonstrou-se mais crítico do que o outro, sendo evidente a heterogeneidade dessa mesma oposição democrática e a existência de contrastes no seu seio. O jornal procura aliás estabelecer o diálogo entre diferentes sensibilidades, afirmando, no editorial de 8 de Março de 1970, que «um jornal tem de ser uma ponte de diálogo». Todavia, esclarece, desde logo, que não seria neutro:

> «A história da neutralidade já está demasiado batida, para ser bem claro que neutralidade hoje é demissão; que não estar com ninguém é estar, consciente ou inconscientemente do outro lado: nada fazer é deixar caminho aberto aos que se não detêm. Assim, quando nos dizemos independentes (temo-lo repetido ao longo destes anos) não nos dizemos neutros. Queremos, apenas, significar que procuramos manter uma atitude independente de pressões de grupos mais ou menos organizados, por mais respeito que esses grupos nos possam merecer. Se uma atitude de certa facção nos parece errada, não é pelo que decerto essa facção realizou que nos absteremos de apontar o (eu nos parece) mal.»[79]

Neste sentido, o semanário preza a sua independência, defendendo-a em relação a quaisquer instâncias, inclusivamente face à oposição democrática, quer a nível regional (CEDM), quer a nível nacional (CDE e CEUD). Esta contínua afirmação de independência do semanário, face à comissão eleitoral da oposição madeirense, suscitou aliás alguns comentários no plano regional. Por exemplo, a 12 de abril de 1970, Alberto Teles escreveu: «A equipa que mais diretamente é responsável pela orientação do CF viu-se mais uma vez na necessidade de vir afirmar publicamente a sua dependência face a quaisquer grupos de pressão», acrescentando, ainda, que «o simples facto de num curto espaço de tempo o jornal ter de vir duas vezes a terreiro defender a sua independência, comprova claramente que esta pode estar realmente em perigo»[80]. Situando-se portanto no campo da oposição, o *Comércio do Funchal* afirmava a sua independência face aos diferentes setores oposicionistas – «sociais-democratas» ou «ultra-esquerdistas»[81]. Uma independência que lhe permitiu dialogar com os setores mais reformistas e liberais da União Nacional, então transformada em Ação Nacional Popular, nomeadamente com a Ala Liberal[82].

[79] *Comércio do Funchal*, 8 de março de 1970, n.º 2054, p. 2.
[80] *Comércio do Funchal*, 12 de abril de 1970, n.º 2054, p. 11.
[81] *Comércio do Funchal*, 8 de março de 1970, n.º 2054, p. 2.
[82] *Comércio do Funchal*, 12 de abril de 1970, n.º 2054, p. 2.

O *Comércio do Funchal*, a Questão Autonómica e a "Ala Liberal" (1970-1973)

A partir do final do primeiro semestre de 1970, o *Comércio do Funchal* começou a debruçar-se sobre as questões autonómicas, à imagem de números anteriores. No entanto, o tema em causa foi retomado com uma expectativa especial, pois, como foi dito a 31 de maio de 1970, o governo manifestara desejos de avanços autonómicos nas regiões insulares[83]. Um encontro entre governadores e os deputados da Ação Nacional Popular ocorrera a 29 e 31 de maio, intitulado "Estudos da Revisão do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes". Estiveram presentes os governadores civis do Funchal, da Horta, de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, bem como os deputados representantes destes mesmos círculos eleitorais. Segundo o que foi apurado, havia a real possibilidade de uma atualização do Estatuto dos Distritos Autónomos, cuja última real modificação ocorrera em 1940, seguindo-se apenas pequenas alterações ao diploma[84]. À época, cada distrito das ilhas adjacentes usufruía nominalmente de autonomia administrativa e financeira, sendo o órgão da administração autónoma a Junta Geral do Distrito. Mas o semanário denunciava a existência de lacunas no foro económico, mesmo que, segundo o diploma, o órgão da Junta Geral tivesse poderes para tal – poderes que não eram usados. Um leitor – António Canavial –, acerca das questões colocadas pelo *Comércio do Funchal* sobre o Estatuto de Autonomia, dava uma opinião positiva em relação avanço real da autonomia dos distritos insulares, denunciando as limitações existentes:

> «Para além disso, bem limitada tem sido essa "autonomia", pois temos constatado que há tantas decisões que os nossos órgãos administrativos só podem levar a cabo depois do governo central ter dado a sua anuência final.»[85]

Segundo este leitor, apesar da suposta autonomia e de todos os direitos expressos no diploma, os órgãos centrais do regime acabavam por ter controlo das Juntas Gerais das ilhas adjacentes. Assim sendo, o poder autonómico resumia-se apenas a uma aparência irreal, onde o órgão que deveria conter competências de gerência de uma autonomia seria de facto uma marioneta da vontade do governo central. No fim, António Canavial acrescenta ainda que uma eventual revisão da autonomia deveria ser precedida por um amplo debate público, sendo esta a «única via possível» para viabilizar a mesma.

---

[83] *Comércio do Funchal*, 31 de maio de 1970, n.º 2066, pp. 17 e 18.

[84] Decreto-Lei n.º 31.095, in *Diário do Governo*, 31 de dezembro de 1940, Série I, n.º 303, 1.º suplemento, pp. 1637-1740.

[85] *Comércio do Funchal*, 14 de junho de 1970, n.º 2068, p. 17.

A questão autonómica será de novo matéria de discussão, em especial em novembro de 1970, devido à publicação da revisão do Estatuto de Autonomia dos distritos insulares. Este texto foi publicado pelo periódico em estudo, sendo comentado no número de 8 de novembro. O texto de revisão foi amplamente esmiuçado, apontando-se várias lacunas e críticas às sete bases do texto. Desde logo, o semanário considera que a prometida autonomia será somente «uma simples descentralização administrativa e financeira»[86]. A manutenção do velho Estatuto, como é indicado na Base I, revela uma adaptação do «fato velho à moda nova», ou seja, uma continuidade do centralismo imperante. Segundo o *Comércio do Funchal*, nenhuma das bases sugeridas incluía uma real participação e direta da população madeirense no processo político da região. Note-se que existe uma referência a «uma mais intensa participação das populações locais no processo do seu desenvolvimento socioeconómico». Contudo, esta afirmação é vista como «demasiado vaga e ambígua», principalmente pelo conhecimento de que «participação» significaria, apenas, a intervenção de quem já se encontraria dentro do sistema[87]. Seguindo esta mesma linha, questionava-se sobre a eleição dos procuradores eleitos à Junta Geral, cujo número foi ampliado. Mas quem os elegia? E de que modo? Pela população diretamente? Ou por representantes do poder central? Sabemos que estes procuradores eram efetivamente escolhidos pelo governo central, sem real intervenção da população madeirense. O seminário denunciou também a ambiguidade da situação Governadores-Juntas. No caso em que a autonomia fosse «exacta», segundo o semanário, os governadores teriam funções meramente representativas, sendo que as Juntas teriam funções governativas. Todavia, o que ocorria na prática era uma governação conjunta entre ambas as partes, tendo a Junta à disposição corpos administrativos e técnicos de que os governos civis careciam.

Num segundo texto, intitulado «Autonomia», da autoria de António Loja, discute-se o conceito autonómico, à luz dos acontecimentos ocorridos na revisão do citado estatuto[88]. Neste texto, António Loja deixa a entender que a Madeira deveria estar dotada de um regime autonómico, pois integra uma realidade que reúne um conjunto de características que a individualizam em relação ao resto do país. Declara que a burocracia centralizada acaba por não ter em conta os problemas insulares, atuando nunca ou tardiamente para resolução dos mesmos. Neste âmbito, as decisões, segundo António Loja, deveriam ser tomadas a nível insular pelas próprias

[86] *Comércio do Funchal*, 8 de novembro de 1970, n.º 2087, pp. 13 e 16.
[87] *Comércio do Funchal*, 8 de novembro de 1970, n.º 2087, pp. 13 e 16.
[88] *Comércio do Funchal*, 8 de novembro de 1970, n.º 2087, p. 16.

populações ligadas diretamente a cada temática em causa. Considera assim que o regime autonómico era essencial e que o estatuto deveria ser negociado entre os representantes do arquipélago e o governo central.

Embora não de forma tão evidente, a questão autonómica estará presente nas páginas do semanário até 1974. A partir de 1971, porém, os efeitos de censura fizeram-se sentir de forma mais evidente, sendo isso mesmo denunciado pelo semanário[89]. O periódico, no entanto, continuou a sua linha questionadora da realidade portuguesa, confrontando inclusive as promessas realizadas por Marcelo Caetano, de uma prometida mudança de um novo rumo para Portugal. Assim, Paulo Soeiro, autor do artigo «Portugal: Que Mudança?», publicado em 31 de janeiro de 1971, avança com uma leitura daquilo que será o ano civil em causa. Paulo Soeiro afirma que as expectativas apresentadas pelo governo não deveriam passar de certos limites, «estes inteiramente assentes nos imperativos políticos dos fatores dominantes» da então conjuntura, que o governo de Marcelo Caetano considerava restritos[90]. Segundo o autor, a Ala Liberal da Assembleia Nacional consideraria que essas restrições iriam além do necessário, tornando longínqua a aproximação europeia, facto que repetiam constantemente. Mais restritos ainda seriam esses limites, pelo menos no olhar de uma «certa esquerda», enquadrada em organizações, que desejaria um reconhecimento «mesmo oficioso» da sua condição; um reconhecimento que poderia representar «um passo em frente no alargamento do campo de manobra para as legislativas de 1973»:

> «Certos indícios, tímidos embora, parecem entretanto dar razão a esta oposição, no fundo "desejosa de colaborar com o país", reduzida, nas condições actuais, a enrolar-se na bandeira de uma frente popular, cuja inviabilidade ficou claramente demonstrada pelo acto eleitoral de outubro de 1969.»[91]

As mudanças ficam, então, segundo Paulo Soeiro, estagnadas ou seriam de evolução lenta. Algo particularmente evidente no caso da censura, que continuava a marcar negativamente a liberdade de expressão. A 25 de abril de 1971, a secção "Aqui e agora", dedicada a notícias regionais, deixa uma mensagem simples, porém forte. Na capa desta parte do periódico, um ponto negro, de grande dimensão, acompanhado pela citação «Visado pela censura», agora também numa página interior, ainda com a descrição «CF precisa mais do que nunca do seu apoio»[92]. A este respeito, era frequente o semanário oposicionista fazer apelos ao leitor, agradecendo pela participação ativa. No entanto, esta mensagem aparece sem contexto aparente,

[89] *Comércio do Funchal*, 3 de janeiro de 1971, n.º 2093, p. 2.
[90] *Comércio do Funchal*, 31 de janeiro de 1971, n.º 2096, p. 2.
[91] *Comércio do Funchal*, 31 de janeiro de 1971, n.º 2096, p. 2.
[92] *Comércio do Funchal*, 25 de abril de 1971, n.º 2104, p. 9.

nem texto elaborado, sendo exposta apenas num fundo vazio, com o já mencionado ponto e notificação sobre a censura. Posteriormente, o periódico afirmou que considerava «um ato herético» declarar-se, como acontecia na Constituição de 1933, no quarto ponto do artigo oitavo, a liberdade de expressão e pensamento, dado que o governo decretava a censura à imprensa[93]. Num texto reproduzido, da autoria de Francisco Pinto Balsemão, o mesmo apresenta um longo argumento, explicando a atuação da censura e de como a mesma tinha sido implementada e progredira ao longo dos anos[94]. Esta aparição/participação de membros da Ala Liberal, em textos ou intervenções, no periódico funchalense indica uma aproximação aos setores reformistas que apoiavam a liberalização do regime, rumo a uma democratização europeia[95].

Podemos situar essa aproximação à Ala Liberal a partir do mês de junho de 1971. No dia 20 desse mês, foi publicada uma entrevista a Francisco Sá Carneiro, por António Henriques, onde o deputado liberal aprofunda questões ligadas à bancada em que está inserido, questões ideológicas e liberdades fundamentais, na visão do mesmo[96]. Ainda antes da entrevista em si, foi publicada uma justificação da realização da entrevista, apontando os motivos que a fundamentavam. A razão principal prende-se com a dificuldade de enquadrar aqueles que, fazendo parte da Assembleia Nacional, divergiam do funcionamento do regime, sendo incorporados na X Legislatura. Logo na primeira questão, o entrevistador procurou conhecer o espectro político em que se enquadraria Sá Carneiro, se seria a ANP, as «esquerdas», ou «uma democracia-cristã». O deputado afirmou que não se enquadraria em nenhuma das balizas referidas:

> «Não me parece que sejam balizas políticas aquelas que refere. É que não as há mesmo em Portugal; por isso vão sempre usando os termos de comparação do passado nacional ou do presente estrangeiro. Onde está a democracia cristã? E o que são as esquerdas? Não estou filiado na ANP, como não estava na União Nacional, nem comprometi a apoiar o Governo na minha atuação parlamentar.»[97]

O deputado afirmou ainda que teria aceitado integrar a Assembleia Nacional por ser necessária a realização de reformas «firmes e resolutas sem quebra da ordem pública e da paz social», acrescentando ainda que era contra o abandono do Ultramar e pela adoção de políticas de progressivo desenvolvimento e crescente autonomia. Conservou assim a liberdade de ação, segundo as palavras do mesmo, da qual

[93] *Comércio do Funchal*, 11 de julho de 1971, n.º 2115, p. 5.
[94] *Comércio do Funchal*, 25 de julho de 1971, n.º 2117, pp. 9-11.
[95] ROSAS, 1998, *O Estado Novo*, p. 487.
[96] *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3-5 e 11.
[97] *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3.

nunca aceitaria despojar-se. Interessava-lhe, afirmou, «caminhar para as reformas democráticas e da participação política»[98], considerando assim a evolução para um regime democrático um objetivo que deveria ser primário da X Legislatura[99]. Apesar de ser englobado na Ala Liberal, o deputado afirma que o grupo em questão não tem um funcionamento similar ao de um partido, «nem sequer [é] grupo formado e disciplinado», pois cada um votava segundo vontade própria, por vezes de forma oposta, embora existissem princípios básicos comuns. Segundo Sá Carneiro, existia a necessidade da democratização do regime, como foi mencionado, e tal alteração era necessária para possibilitar a democratização de outros setores. Apenas com a democratização política seria possível, por exemplo, a democratização do ensino[100]. Outra das ações democratizadoras que defende é a supressão da censura prévia, dando mais liberdade de expressão à imprensa.

Observamos que Francisco Sá Carneiro se afasta de uma orientação política de cariz oposicionista. Mas, ao mesmo tempo, distancia-se da Ação Nacional Popular, referindo ter aceitado integrar a lista de deputados como independente, sem filiação à organização, com o intuito de auxiliar no progresso de Portugal. Direciona sempre o seu papel para a democratização, declarando de forma clara a importância da liberdade de cada indivíduo e da participação ativa dos cidadãos para a tomada de decisões. Acresce ainda a postura que Sá Carneiro tem na construção de uma retórica defensora da imprensa e dos seus direitos, sendo contra a censura e favorável à descontinuação da mesma. Assim, encontramos pontos de contacto com as ideias defendidas e projetadas pelo periódico funchalense que, ao longo dos seus números, defende, acima de tudo, a implantação da democracia em Portugal. Com esta entrevista, o *Comércio do Funchal* aproximou-se então da Ala Liberal, publicando textos dos deputados a que integravam, como foi também o caso de Pinto Balsemão.

O periódico noticia também as dificuldades sentidas pela Ala Liberal na Assembleia Nacional e a existência de discórdias com o presidente do Conselho. Num artigo elaborado por Vicente Jorge Silva, é possível identificar o choque de ideias entre a Ala Liberal e Marcelo Caetano[101]. Discutem-se variados projetos de lei apresentados pelos deputados liberais, projetos estes que se afastariam dos objetivos do Presidente do Conselho. Um ponto referido por Marcelo Caetano nas suas «Conversas em Família»:

98 *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3.
99 *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 3.
100 *Comércio do Funchal*, 20 de junho de 1971, n.º 2112, p. 4.
101 *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, pp. 2-3.

> «alguns dos meus jovens amigos da Assembleia apresentaram, sobre matéria tratadas pelo Governo ou que este anunciara já, o propósito de tratar projectos de lei com princípios que eles consideram mais rasgadamente liberais que os do Governo. E talvez sejam. Eu preferia estar na posição deles do que naquela onde estou. Até porque isso significaria que era mais novo, com sangue na guelra e com mais ilusões e menos responsabilidades.»[102]

A isto, Marcelo Caetano acrescentou (segundo Vicente Jorge Silva, num «tom paternal») que o governo teria de se preocupar não somente com o que é expresso na lei, mas também «com as possibilidades e maneiras de honestamente a cumprir»[103]. Como tal, segundo Vicente Jorge Silva, eram reduzidas as hipóteses de aplicação das ideias da Ala Liberal:

> «Se os projectos dos deputados viessem – por hipótese absurda embora – a ser aprovados, as suas possibilidades de execução prática seriam nulas. […] Daí que, para além das "difíceis circunstâncias" e do "plano prático", o factor ideológico se afirme também preponderante. E, neste domínio, o Chefe do Governo recordou que "uma proposta do Governo é elaborada por técnicos, submetida à apreciação de vários departamentos, examinada em reuniões ministeriais»[104].

Segundo Vicente Jorge Silva, pela ótica de Marcelo Caetano, os membros da Ala Liberal, deputados «desgarrados do seu grupo político», ou seja, da Ação Nacional Popular, contradizem, pelos projetos de lei que apresentam, «o espírito da sua participação numas eleições em que se apresentaram como aliados»[105]. Porém, Vicente Jorge Silva aproxima-se da Ala Liberal, considerando que esta podia abrir um caminho interessante para o futuro. Em 15 de Agosto de 1971, Vicente Jorge Silva publica um novo texto intitulado «"Ala Liberal": que oposição?». Neste artigo, considera que o discurso realizado por Francisco Sá Carneiro, a 28 de julho de 1971, na Assembleia Nacional, foi uma das mais importantes intervenções ocorridas no hemiciclo durante o Verão, falando sobre a liberdade de expressão da imprensa, sem subordinação a qualquer censura[106]. Todavia, denuncia que a intervenção foi desvalorizada por «todos os órgãos da imprensa diária portuguesa», que não deram ao acontecimento o relevo que, segundo o autor, «indiscutivelmente merecia». Acrescenta ainda que a desvalorização por parte da imprensa nacional exemplifica bem o estado de dependência que caracterizava a situação da imprensa em Portugal[107].

---

[102] «Conversas em Família», 23 de julho de 1971, in *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 2.
[103] «Conversas em Família», 23 de julho de 1971, in *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 2.
[104] *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 2.
[105] *Comércio do Funchal*, 1 de agosto de 1971, n.º 2118, p. 3.
[106] *Comércio do Funchal*, 15 de agosto de 1971, n.º 2120, pp. 2-3.
[107] *Comércio do Funchal*, 15 de agosto de 1971, n.º 2120, p. 2.

Em janeiro de 1972, o *Comércio do Funchal* publicou uma entrevista, realizada pela *República* a Sá Carneiro, fazendo esta assim nova aparição no periódico oposicionista[108]. Nessa entrevista, o deputado afirma que a situação em que se encontrava era complexa e que a realidade do governo se afastava daquilo que ele mesmo desejaria e do que fora apresentado em 1969:

> «É muito difícil com a situação política actual, com a falta de comunicação entre as pessoas, com a falta de informação livre, saber ao certo qual é a posição do Governo nos campos que mais interessam e que reputo fundamentais – o dos direitos cívicos e liberdades públicas. Mas efectivamente não sinto qualquer aproximação actual do campo do Governo. Creio que houve um afastamento àquilo que em 1969 foi apresentado; e parece-me que esse afastamento da parte das esferas oficiais é francamente prejudicial e funesto ao País.»[109]

Com isto, Sá Carneiro afirmou que não iria candidatar-se às eleições de 1973, devido às razões que apresenta, não achando possível que os direitos cívicos e liberdades públicas se colocassem em prática num curto espaço de tempo. O deputado demonstrou uma certa desmotivação perante a situação, acrescentando que o regime, sob a direção de Marcelo Caetano, não mudara em relação às linhas de Salazar, mantendo-se um regime de concentração de poderes. Segundo Sá Carneiro, a ação governativa de Marcelo Caetano tem sido feita segundo o seu próprio pensamento, pois acreditava que o presidente do Conselho não se sujeitaria a condicionalismos externos[110]. Posteriormente, num longo texto sobre o congresso da ANP e a «Continuidade do regime», num passo o deputado da Ala Liberal declarou que a presença desta se tornara dispensável, pois existia um «problema de fidelidade» ao proposto em 1969[111]:

> «E comparando depois a orientação da U.N. no período eleitoral com o programa político posteriormente adoptado pela Acção Nacional Popular, o Dr. Sá Carneiro considerava ter havido um retrocesso que eu e muitos como eu não aceitamos, mantendo-nos fiéis à orientação inicial, que foi aquela com que nos apresentámos perante os eleitores e aquela que justificou o seu voto. É portanto um problema de fidelidade ao programa inicial, que continua a ser plenamente válido e cada vez mais necessário.»[112]

O *Comércio do Funchal* acompanhou assim os esforços da Ala Liberal e as suas discórdias com o governo de Marcelo Caetano. Existem pontos em comum entre o

---

[108] Antes deste artigo, outro deputado da Ala Liberal, Miller Guerra, redigiu um artigo dedicado a uma intervenção sua na Assembleia Nacional: *Comércio do Funchal*, 12 de dezembro de 1971, n.º 2137, p. 5.

[109] *Comércio do Funchal*, 30 de janeiro de 1972, n.º 2143, p. 4.

[110] *Comércio do Funchal*, 30 de janeiro de 1972, n.º 2143, p. 4.

[111] O deputado Francisco Sá Carneiro mencionou este mesmo facto na entrevista presente no semanário: *Comércio do Funchal*, 30 de janeiro de 1972, n.º 2143, p. 4.

[112] *Comércio do Funchal*, 5 de março de 1972, n.º 2148, p. 5.

periódico oposicionista e o conjunto de deputados liberais, que permitiram criar laços de empatia e publicar as ações destes nas páginas do semanário funchalense. Como foi mencionado anteriormente, o jornal foi um dos poucos órgãos a noticiar as atividades da Ala Liberal, demonstrando apoio à vontade de progresso da mesma. Tanto o semanário, como a Ala Liberal, consideraram que o presidente do Conselho demonstrou poucos sinais de real mudança, como mencionara Sá Carneiro e como José Manuel Barroso, redator do semanário, afirmou num texto a 12 de março de 1972. Neste caso, Barroso referia-se a um discurso proferido por Marcelo Caetano, em que este apresentara argumentos contra a ação de sindicatos, da alegada «intromissão» de elementos revolucionários nos mesmos, e contra a circulação de obras com doutrinas revolucionárias, com aviso «às tentações das utopias, dos mitos, da violência e das drogas», acrescentando ainda que os «revolucionários» minariam os sindicatos tornando-os em «instrumentos revolucionários de luta de classes»[113].

De forma a afirmar o seu ponto de vista, Marcelo Caetano questionou, retoricamente, se tal ação «em nome da liberdade e dos direitos» (acrescentando que considera «muitíssimo respeitáveis») deveria não ser questionada, pois, segundo ele, agiriam contra as leis do regime, indo ao «ponto de sacrificar os direitos da população inteira à paz, à segurança»[114]. Para José Manuel Barroso, estas palavras de Marcelo Caetano eram elucidativas das reais intenções e dos limites da prometida – e não cumprida – liberalização do regime:

> «O Presidente do Conselho terá feito o seu mais esclarecedor discurso. Mais esclarecedor mesmo que os da campanha eleitoral. Teve o condão de desfazer dúvidas e de colocar as coisas em pratos limpos. Tudo é claro agora, e, afinal, nunca deixará de o ser. Eis uma lição para nós todos.»[115]

José Manuel Barroso reforçou a ideia de estagnação do regime português, apesar da alteração do chefe de governo. Toda a esperança fomentada caíra por terra. Segundo José Manuel Barroso, toda a campanha liberalizadora serviria apenas para demonstrar uma falsa ideia de mudança. Eis que, tanto os membros da Ala Liberal, como o *Comércio do Funchal* exprimem o mesmo sentimento: desagrado devido ao falso "progresso", prometido por Marcelo Caetano, que, no fim, não possibilitou a almejada viragem democrática do regime. Vicente Jorge Silva, a 29 de junho de 1973, escreveu um texto intitulado «Quem tem medo da política?», título chamativo que denunciou a frustração com a estagnação e o bloqueio da prometida liberalização.

[113] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1972, n.º 2149, p. 2.
[114] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1972, n.º 2149, p. 2.
[115] *Comércio do Funchal*, 12 de março de 1972, n.º 2149, p. 2.

E Vicente Jorge Silva afirmou que o medo da política vinha daqueles que «receiam precisamente a clareza»[116]. Num novo artigo, o *Comércio do Funchal*, a propósito de um discurso proferido por Marcelo Caetano, afirma categoricamente: «Nada mudou»[117]. Era a denúncia do fracasso, da "Primavera Marcelista" e da liberalização que não chegou a acontecer.

As Eleições de 1973 e o Bloqueio Final de Liberalização do Regime

Em 1973 tiveram lugar as últimas eleições legislativas do Estado Novo. O periódico funchalense, ainda que descrente na mudança, acompanhou de perto – e de forma crítica – as declarações de Marcelo Caetano. Este insistiu muito no dilema de regime defendendo a ideia de que existia apenas a escolha entre a manutenção do Estado Novo, ao que apelidou de «verdadeira e sã democracia», e a «opressão comunista»[118]. Posteriormente, num plenário realizado em Aveiro, o presidente do Conselho afirmou que não haveria terceiras vias, que o caminho é aquele mesmo que estaria a seguir, que nunca se mostraram capacidades para dinamizar alguma «fórmula de social-democracia». De forma clara, Marcelo Caetano, numa entrevista realizada para uma revista francesa, a *Vission,* reproduzida num excerto no *Comércio do Funchal,* admitiu que terá travado o «processo de liberalização», justificando-se:

> «Sim, é verdade que travei o processo de liberalização, pois percebi que Portugal não estava preparado para enfrentar algo semelhante ao que se passou em França com a revolução de Maio de 1968.
>
> Os jovens da classe média não reagiram contra tal movimento. O regime português está longe de ser opressivo e de qualquer maneira o nosso país nunca conheceu uma verdadeira democracia.
>
> Em Portugal é real, aliás como em todo o mundo, a ameaça de um comunismo totalitário e do caos do anarquismo. As facções da ala direita têm pouco poder no nosso país, porque a tendência histórica não vai nessa direcção. O verdadeiro perigo vem da extrema-esquerda.»[119]

O periódico funchalense serviu-se das declarações do chefe de governo para evidenciar o bloqueio do processo de liberalização, denunciando a continuidade com o passado. Desta forma, o jornal vai esmiuçando as opiniões, os discursos, as ações do presidente do Conselho, comprovando a estagnação do caminho democrático que

[116] *Comércio do Funchal*, 29 de junho de 1972, n.º 2164, p. 4.
[117] *Comércio do Funchal*, 12 de outubro de 1972, n.º 2178, p. 5.
[118] *Comércio do Funchal*, 12 a 18 de abril de 1973, n.º 2202, p. 2.
[119] *Comércio do Funchal*, 19 a 25 de julho de 1973, n.º 2215, p. 3.

o mesmo prometera e declarara suspenso em 1973. Responde assim às afirmações de Marcelo Caetano, o qual tinha declarado que a oposição era livre de utilizar abertamente a imprensa, dando como exemplo o caso dos meios de comunicação social que acompanharam o Congresso da Oposição em Aveiro, sendo o *Comércio do Funchal* um deles[120].

No entretanto, nas eleições legislativas de 1973, a oposição absteve-se de apresentar lista na Madeira. À semelhança da maioria dos círculos eleitorais, no Funchal a Ação Nacional Popular foi o único movimento a apresentar uma lista de candidatos a deputados[121].

Apesar da não participação oposicionista na Madeira, o *Comércio do Funchal* não deixou de manter os leitores atualizados, dando espaço à movimentação democrática existente a nível nacional. Assim, o semanário oposicionista noticiou as ações de campanha da CDE, como se pode observar na secção "Especial eleições", da tiragem número 2221, num artigo sobre a sessão ocorrida em Sintra[122]. Ainda nesse número, um artigo de Vicente Jorge Silva comenta a posição de Portela Filho, o qual, segundo o autor, se trataria de um oposicionista que destoava das proclamações «unitaristas»[123]. O periódico, acompanhando estas mesmas eleições, realizou *dossiers* sobre a mesma, onde incluiu tópicos diversos, entre os quais o problema do Ultramar. Foi aliás um dos poucos periódicos, a nível nacional, a mencionar, mesmo que de forma limitada, a questão ultramarina[124]. Neste caso, na sequência de palavras de Vitorino Magalhães Godinho, é apontado que o regime devia se atualizar, tentando resolver a questão ultramarina, sendo referidas às acusações de massacres ocorridos em África. Neste caso, existiu uma aproximação entre as posições da ex-Ala Liberal e da oposição democrática não parlamentar, sendo que Magalhães Godinho e Francisco Pinto Balsemão defenderiam «em coro os mesmos interesses»[125]. Num número posterior, Afonso Manta, autor do texto intitulado «A «Linha» da CDE», declarou que a oposição democrática se afirmava «contra os monopólios e pelo socialismo»[126]. No entanto, o autor afirmou que esta utilização do substantivo político «socialismo» servia apenas uma «função demagógica», pois existiam dissidentes que «acusavam publicamente a CDE de recusar o socialismo», acrescentando que a palavra «socialismo» seria

[120] *Comércio do Funchal*, 20 a 26 de setembro de 1973, n.º 2219, p. 3.
[121] *Comércio do Funchal*, 27 de setembro a 3 de outubro de 1973, n.º 2220, p. 17.
[122] *Comércio do Funchal*, 4 a 10 de outubro de 1973, n.º 2221, p. 6.
[123] *Comércio do Funchal*, 4 a 10 de outubro de 1973, n.º 2221, p. 4.
[124] *Comércio do Funchal*, 11 a 17 de outubro de 1973, n.º 2222, p. 8.
[125] *Comércio do Funchal*, 11 a 17 de outubro de 1973, n.º 2222, p. 8.
[126] *Comércio do Funchal*, 25 a 31 de outubro de 1973, n.º 2224, p. 17.

colocada no «título de um capítulo», para depois ser «para sempre esquecida»[127]. A crítica, por parte do *Comércio do Funchal*, à própria oposição democrática, demonstra que o periódico manteve até ao fim a sua independência face a quaisquer grupos políticos. Apesar de se encontrar próximo ideologicamente da CDE, não deixou de apontar o que considerou criticável, demonstrando aqui a sua postura imparcial. Posteriormente, Vicente Jorge Silva afirmou inclusivamente:

> «Evidentemente que, para além ainda das que simplesmente duvidam da oportunidade das críticas, há os que chegam a perguntar-se perplexamente de que lado, afinal, estaremos... Ora, o problema aqui não é só de despolitização elementar – e não o é apenas, porque uma leitura por mais apressada que seja destes últimos números de CF […] não nos parece consentir dúvidas sobre o sentido de uma orientação e do conteúdo dos textos. Trata-se, afinal, de um reflexo da habituação passiva à dicotomia clássica Governo-Oposição: Dicotomia que o regime tem alimentado como forma de "simplificar" os termos de uma alternativa (aliás fictícia) e que a "Oposição" tem mantido de modo a poder apresentar-se como única voz política representativa do povo português»[128].

Portanto, se o bloqueio da liberalização do regime era evidente em finais de 1973, não eram menos óbvios os limites de ação política da própria oposição democrática, que estava longe de ser unida e de representar o conjunto de sensibilidades políticas da oposição, presentes no país. O *Comércio do Funchal* era assim uma voz incómoda – porque independente – para todos.

O *Comércio do Funchal* e a Revolução de 25 de Abril de 1974

A revolução de 25 de Abril de 1974 colocou um ponto final no regime ditatorial do Estado Novo e criou condições para a instalação da democracia em Portugal. A revolução foi saudada pelo *Comércio do Funchal* e, apesar dos acontecimentos terem ocorrido em Lisboa, a revolução teve fortes repercussões na Madeira. O *Comércio do Funchal* publicou um número sobre os acontecimentos revolucionários e acompanhou os primeiros meses do processo revolucionário no Funchal. Na tiragem número 2248, vê-se uma imagem da manifestação realizada no 1.º de Maio, no Funchal. Uma capa ausente de texto anexo, apenas as tarjas fotografadas com as frases «Lutemos pela Democracia popular», «Abaixo o Imperialismo» e «Independência das Colónias e regresso dos soldados». É possível observar um enorme aglomerado de gente, saído à

[127] *Comércio do Funchal*, 25 a 31 de outubro de 1973, n.º 2224, p. 17.
[128] *Comércio do Funchal*, 25 a 31 de outubro de 1973, n.º 2224, p. 22.

rua devido à transformação política que ocorrera dias antes: uma verdadeira mutação na sociedade portuguesa.

No editorial deste primeiro número pós-queda do regime, o *Comércio do Funchal* apresenta-se, pela primeira vez, sem limitações e condicionalismos. Um jornal finalmente livre. As primeiras palavras referem-se ao efeito da Revolução do dia 25 de Abril e à posição do periódico:

> «A eclosão dos acontecimentos de 25 de Abril e a sua sequência não podiam deixar de ter as maiores repercussões na vida de CF. Para além da modificação dos condicionalismos externos que o afectavam como órgão da imprensa legal – tal era particularmente o caso da censura –, CF encontrou-se perante o desafio súbito de novas e especiais responsabilidades. E porque CF é, à partida, um jornal feito na Madeira – ainda que com projecção nacional –, porque o CF foi o único órgão anti-fascista da imprensa regional, o seu papel tornou-se de uma extraordinária importância no âmbito madeirense.»[129]

Neste excerto, é possível verificar a importância que o jornal acreditava ter na realidade insular. Porém, é possível afirmar que a sua importância ultrapassa a realidade madeirense, até porque a maioria dos seus leitores estava no Continente de Portugal.

Depois da queda do regime, existiu uma alteração clara na forma como o jornal se expressa. Sentindo maior liberdade, sem PIDE para bloquear qualquer palavra, apresenta a realidade finda como «fascista», vocábulo antes não utilizado, pela sua caracterização negativa, mas agora usado para descrever o regime. Por exemplo, Vicente Jorge Silva, num texto intitulado «O feitiço contra o feiticeiro»[130], declara que a «política colonial fascista, sustentáculo e justificação do regime» terá provocado a queda do mesmo, «quando o beco sem saída das contradições geradas pelo colonialismo português o fechou sobre si próprio»[131]. Com a queda do regime, o periódico questionou-se, ainda neste mesmo número, sobre as possíveis coligações partidárias, num momento tão fresco da revolução. E Frederico Sousa questionou, desde logo, o verdadeiro intuito do Movimento do 25 de Abril:

> «o Movimento do 25 de Abril é um movimento contra o grande capital ou corresponde a uma adequação do aparelho de Estado a novas necessidades desse mesmo grande capital, desejoso de uma "solução" política para a guerra colonial e consciente de que a contenção da classe operária poderia ser feita dentro de uma liberalização do regime?»[132]

[129] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, p. 2.
[130] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, pp. 3-4.
[131] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, p. 3.
[132] *Comércio do Funchal*, 9 a 15 de maio de 1974, n.º 2248, p.5

Segundo o autor, «os factos apontam para a segunda hipótese». Declarou que, apesar de certas medidas transitórias preventivas de fugas de capital, não se materializam outras medidas prejudiciais ao «Grande Capital». «Dos grupos financeiros portugueses não há sinais de manifestações contra a liberalização». No plano partidário, Frederico Sousa referiu a «extraordinária fragmentação» partidária do pós-revolução. A formação de vários partidos é indicativa, segundo o autor, de que qualquer governo que venha a ser formado tenha de ser de coligação, sendo que o primeiro executivo teria de ser provisório, integrando tanto o Partido Socialista de Mário Soares, como o Partido Comunista Português de Álvaro Cunhal. Frederico Sousa acrescenta ainda que outras convergências políticas poderiam ter algo a dizer.

Mas para Frederico Sousa há uma contradição no governo provisório devido à presença de representantes dos interesses da burguesia e do proletariado (neste caso, os dois elementos do PCP). Estes estariam no governo para «garantir as liberdades democráticas para a classe operária», que seria a «melhor garantia para a independência dos povos das colónias». A coligação «Soares-Cunhal», como Frederico Sousa lhe chama, parece, segundo ele, estar de acordo com um fator importante: a consolidação das liberdades. Contudo, na visão do autor, existe um certo conflito de interesses na participação comunista no governo provisório, sendo-lhe difícil aceitar a participação de defensores dos operários e burgueses na mesma frente.

> «Mas os interesses dos burgueses e os dos operários são ou não antagónicos? Os operários são apenas explorados pelos patrões fascistas e não o são pelos patrões democratas de longa ou curta data? A melhor garantia contra o fascismo é a unidade da classe operária com os patrões honestos?»[133]

Frederico Sousa criticava, principalmente, a postura de Álvaro Cunhal, pelo facto de se entregar a interesses «burgueses», o que tornaria o seu partido igualmente burguês. Apontava ainda que a posição de Cunhal acabava por ser desonesta, pois não teria tido garantias dos outros partidos sobre a questão das províncias ultramarinas e das suas independências, fazendo uma «política do possível»[134]. Situando-se na extrema-esquerda, Frederico Sousa demonstra o seu ceticismo para com as ações de Álvaro Cunhal e o PCP, manifestando o seu desagrado perante a atitude branda do Secretário-Geral. Num outro artigo, este de Miguel Reis, fala-se de uma «política de colaboração de classes», que, segundo o autor, seria uma correlação de forças

[133] *Comércio do Funchal*, 16 a 22 de maio de 1974, n.º 2249, p. 2.
[134] *Comércio do Funchal*, 16 a 22 de maio de 1974, n.º 2249, pp. 2-3.

devido ao momento vivido, sendo este de consolidação de liberdades democráticas conquistadas, de resistência à reação e de «liquidação total do aparelho fascista»[135].

O *Comércio do Funchal* tornou-se assim numa plataforma de debate, como o mesmo se autodescreve, sobre as causas do 25 de Abril e a queda do regime, abrindo espaço para a expressão de opiniões de autores externos ao jornal. Assim foi o caso de Frederico Sousa, Miguel Reis e José Subtil (entre outros). Este último publicou um texto sobre as causas da revolução[136], considerando que a queda do regime se baseou em quatro pontos: a) o papel do exército na ditadura fascista em Portugal e a degradação do mesmo, com as múltiplas derrotas na Guiné, a baixa moral e o sacrifício cada vez maior; b) a Guerra Colonial, sendo que o autor agradece aos movimentos de libertação africanos pelo contributo dado à queda do regime fascista português; c) o desajustamento entre a infraestrutura económica e a superestrutura política, havendo uma contradição entre o regime político alegadamente fascista e o domínio político burguês, com a abertura ao capital estrangeiro, sendo ainda que o país permanecia estagnado, em comparação com as «democracias burguesas avançadas»; d) a agudização da luta de classes, com as dinamizações das classes trabalhadoras, com o aparecimento de determinadas formações revolucionárias, «conduzindo a classe operária a grandes vitórias». José Subtil termina o seu argumento, elogiando o trabalho do PCP e do PS e, num curto parágrafo final, declara que Portugal estaria a entrar num tempo novo:

> «O Golpe de Estado proclama, historicamente, a liberalização que ninguém sonhara, no fundo, nem mais nem menos que aquilo que o P.C.P, P.S.P[137] lutavam há tantos anos.
> Este momento em Portugal constitui uma fonte inesgotável de novidades teóricas e práticas. O tempo há-de, finalmente, esclarecer a clareza da situação actual.»[138]

No entanto, o 25 de Abril de 1974 provocou também rápidas alterações ao nível da composição da direção do *Comércio do Funchal*, assistindo a uma deriva à esquerda que comprometeu a independência jornalística. Com a mudança de direção e redação do jornal, algumas das figuras que compunham o órgão saíram, umas por vontade própria, outras aparentemente forçadas. Uma dessas saídas, não forçada, foi a do membro "fundador" do periódico funchalense, na sua renovação de 1967, Vicente Jorge Silva. Este saiu pouco após o 25 de Abril, sendo o último texto publicado, assinado pelo mesmo, na tiragem número 2248, de 9 a 15 de maio de 1974.

---

[135] *Comércio do Funchal*, 23 a 29 de maio de 1974, n.º 2250, p. 2.
[136] *Comércio do Funchal*, 23 a 29 de maio de 1974, n.º 2250, p. 12.
[137] Sigla comum nos artigos do *Comércio do Funchal* para designar o Partido Socialista.
[138] *Comércio do Funchal*, 23 a 29 de maio de 1974, n.º 2250, p. 12.

A sua saída é mencionada no número 2259, numa correção a um texto anterior, onde é dito que reconhecerem-se «os aspetos altamente positivos e meritórios do trabalho de Vicente Jorge Silva»[139]. No entanto, Vicente Jorge Silva não se encontrava muito satisfeito com a nova direção do periódico, demonstrando-o numa carta publicada em outubro de 1974, onde contra-argumenta os pontos previamente apresentados pelo jornal[140].

A realidade é que com a revolução, com a queda para as "esquerdas", o próprio semanário acaba influenciado por esse clima de radicalização política e ideológica. De facto, o pragmatismo e a imparcialidade, reconhecido mesmo pelos que se encontravam politicamente contra o periódico no passado, acaba por ser substituído por uma postura declaradamente marxista. No texto «Uma necessária autocrítica», entre vários pontos, no fim do mesmo, em nota de rodapé, é apontada a lista de prioridades do órgão, onde se incluem a luta antifascista, anticolonialista, anticapitalista e anti-imperialista, a divulgação de movimentações das «massas operárias e camponeses», bem como a luta contra as ideias «infiltradas pela burguesia». Apontam-se ainda como prioridade a divulgação de experiências de construção do socialismo pelo mundo, e a divulgação de textos «fundamentais» do marxismo-leninismo[141]. Esta linha, juntamente com a conjuntura ligada à saída de membros proeminentes do *Comércio do Funchal*, como Vicente Jorge Silva – de um espectro mais equilibrado e pragmático –, alteram por uma última vez a estrutura e orientação do semanário. Nos primeiros anos sob gerência de Vicente Jorge Silva, existiam menções ao socialismo e a ideias que convergiam no ideário marxista, mas o jornal nunca se assumiu como órgão de propaganda política de determinado grupo político, muito menos de extrema-esquerda. Vicente Jorge Silva, numa entrevista de João Figueira, afirma sobre o jornal o seguinte:

> «Quando se dá o 25 de Abril eu torno-me minoritário no meio dessa grande confusão. Eles queriam tornar o Comércio do Funchal numa coisa puramente militante, num produto puramente militante ao serviço do que viria dar mais tarde o UPM, um movimento a que eu também me associei, a União do Povo da Madeira […]. Era a coisa mais à esquerda que lá havia, que é responsável, em grande parte, pela ascensão de Alberto João Jardim porque assustaram tanto as pessoas que o Jardim surge, em parte, como reação aos calafrios provocados por esses malucos. E eu não concordava nada.»[142]

[139] *Comércio do Funchal*, 19 a 26 de setembro de 1974, n.º 2259, p. 1.
[140] *Comércio do Funchal*, 13 a 10 de outubro de 1974, n.º 2259, pp. 3-4 e 10.
[141] *Comércio do Funchal*, 12 a 19 de setembro de 1974, n.º 2258, p. 2.
[142] FIGUEIRA, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, p. 148.

O semanário oposicionista não tem o seu fim devidamente estudado. Existe, contudo, um conjunto de elementos que poderá facilitar a compreensão da paragem do *Comércio do Funchal*. O principal fator deve-se à desvirtuação do periódico, que após o 25 de Abril de 1974 assiste à entrada de elementos com orientações de extrema-esquerda, ligadas ao movimento da União do Povo da Madeira. A saída de elementos estruturantes facilitou igualmente a mudança radical da essência pragmática do periódico. Vicente Jorge Silva acabou por se tornar minoria, acabando igualmente por abandonar o jornal nesse mesmo ano. Esta transformação profunda poderá ter estimulado um desinteresse daqueles que seriam os leitores assíduos do *Comércio do Funchal*, deixando de o adquirir, levando assim consequentemente a problemas financeiros. Se durante o ano de 1975 o periódico ainda se demonstrou bastante ativo, publicando dentro da normalidade em todos os meses, em 1976 o jornal resumiu-se a uma tiragem em abril desse ano, marcando o seu fim.

Conclusão

A análise do percurso do *Comércio do Funchal* desde a sua refundação até ao 25 de Abril de 1974 permite compreender o papel singular que este semanário desempenhou no panorama da imprensa portuguesa, no final do Estado Novo. Mais do que um órgão regional, afirmou-se progressivamente como um ator político e cívico, comprometido com a promoção do debate público, a defesa da liberdade de expressão e a disseminação de valores democráticos, num contexto marcado pela censura, pela repressão política e pela limitação estrutural dos direitos fundamentais.

Desde a aquisição do jornal pelo grupo *FOCO*, assumiu uma conceção exigente da função da imprensa, recusando a neutralidade entendida como afastamento dos problemas existentes na sociedade. O *Comércio do Funchal* construiu uma linha editorial assente na ideia de que o jornalismo deveria intervir criticamente na realidade, questionar a ação dos governantes e dar voz a diferentes sensibilidades políticas e sociais. Esta escolha traduziu-se num discurso que, embora atento às especificidades da realidade madeirense, não se confinou a uma escala estritamente regional, ampliando-se para o plano nacional através da reflexão sobre os grandes problemas do país. A singularidade do periódico torna-se particularmente evidente quando enquadrada no contexto da imprensa regional do Estado Novo, maioritariamente alinhada com o regime, ou sujeita a claros constrangimentos políticos. O semanário funchalense destacou-se pela consistência da sua postura crítica, pela densidade ideológica dos seus editorais e pela coragem em abordar

temas considerados sensíveis, como a pobreza, a emigração, a desigualdade social, a falta de planeamento económico e o défice de participação política. Esta postura contribuiu para a construção de uma esfera pública alternativa, ainda que limitada, onde era possível ensaiar práticas discursivas e valores associados à democracia.

A relação do jornal com a censura demonstra bem os limites da ação oposicionista na imprensa. Durante a primeira fase da sua existência, com a gerência do grupo *FOCO*, o *Comércio do Funchal* beneficiou de uma margem de liberdade invulgar, explorando as brechas do sistema censório, herdadas pelo seu formato anterior. Todavia, à medida que o discurso político se tornou mais explícito e crítico, a repressão fez-se sentir de forma direta, culminando na suspensão do periódico em 1968. Longe de significar um recuo ideológico, este acontecimento confirma antes o impacto político efetivo do jornal e a perceção, por parte do regime, do perigo representado por um órgão capaz de articular reflexão política, crítica social e mobilização cívica.

O regresso do semanário sob censura declarada não implicou uma alteração substancial da orientação editorial; pelo contrário. O jornal reafirmou a sua independência e cimentou a sua intervenção no espaço público, nomeadamente no contexto das eleições legislativas de 1969. A cobertura do processo eleitoral revelou-se especialmente elucidativa dos limites da chamada "liberalização marcelista", ao denunciar as desigualdades de condições entre o regime e a oposição e ao questionar a autenticidade do sufrágio. Em simultâneo, o periódico procurou manter uma posição autónoma face à Comissão Eleitoral Democrática da Madeira, apoiando os seus objetivos sem se transformar num instrumento partidário, o que reforça a sua identidade enquanto espaço de reflexão crítica, não mera propaganda.

Um dos contributos mais relevantes do *Comércio do Funchal* surge na forma como articulou a defesa dos valores democráticos com a reivindicação de justiça social. A retórica do jornal evidencia uma constante preocupação com as condições de vida das classes desfavorecidas, com as problemáticas no acesso à educação e à proteção social, integrando elementos de crítica ao capitalismo e à estrutura corporativa do Estado Novo. Esta dimensão socializante do seu pensamento aproxima o periódico de correntes progressistas. O periódico sublinha a ideia de que a democracia não poderia limitar-se à dimensão institucional, devendo traduzir-se em transformações concretas das estruturas sociais e económicas do país. Neste campo, a questão autonómica assumiu um lugar central na reflexão. O *Comércio do Funchal* foi um órgão de que apresentou sempre a defesa da autonomia madeirense durante o final da ditadura, concebendo-a não como um projeto separatista ou meramente administrativo, mas como um instrumento de democratização, participação política e adequação das políticas públicas às especificidades insulares. A crítica às soluções

propostos pelo governo central, vistas como formas de descentralização limitada e controlada, evidencia a exigência de uma autonomia assente na eleição democrática dos órgãos regionais.

Importa sublinhar o papel do periódico enquanto espaço de diálogo e pluralismo. Distinguiu-se pela abertura a diferentes correntes de opinião, incluindo setores reformistas presentes na Assembleia Nacional, a chamada Ala Liberal, e pela disposição para acolher debates internos no seio da oposição democrática. Esta prática reforça a ideia do jornal como um verdadeiro laboratório cívico, onde se ensaiavam formas de convivência democrática, num contexto profundamente adverso.

Em suma, o percurso do *Comércio do Funchal* constituiu um observatório privilegiado para a compreensão das dinâmicas políticas, sociais e culturais do final do Estado Novo. A sua trajetória demonstra que, mesmo sob condições de repressão e censura, a imprensa pôde desempenhar um papel relevante na erosão do regime e na formação de uma cultura política democrática. Ao articular crítica social, defesa das liberdades fundamentais e reivindicação autonómica, o semanário afirmou-se como uma experiência cívica de alcance nacional, cuja relevância justifica plenamente a sua integração na história da oposição democrática.

Fontes e Bibliografia

Fontes Arquivísticas

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, *Arquivo PIDE/DGS*, Núcleo de processo 426.

Fontes Impressas

Diário do Governo, 31 de dezembro de 1940, Série I, n.º 303, 1.º suplemento.

Imprensa

Comércio do Funchal, 1967 a 1974.

Bibliografia

FIGUEIRA, João, 2009, *Jornalismo em Liberdade*, Coimbra, Almedina.

FRANCISCO, Ana Isabel Gouveia, 2024, *O Pós-25 de Abril no Arquipélago da Madeira e a sua Influência na Política Regional*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FREITAS, João Abel de, 2015, *A Madeira nos tempos de Salazar: a economia – 1926--1974*, Lisboa, Edições Colibri.

LEMOS, Mário Matos e, 2012, *Oposição e eleições no Estado Novo*, Lisboa, Assembleia da República, Divisão de Edições.

NOGUEIRA, Franco, 1987, *Um Político confessa-se*, Porto, Livraria Civilização Editora.

PEREIRA, Vítor Diogo, 2023, *Análise Socioeconómica da Madeira no período revolucionário através das representações do Comércio do Funchal*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ROSAS, Fernando, 1998, *O Estado Novo*, vol. VII, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa.

SILVA, Vicente Jorge, 2008, «O "Comércio do Funchal" e a Autonomia», in *A Madeira na História – Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora.

SOUSA, João Filipe Pereira de, 2022, *A oposição política ao Estado Novo no Arquipélago da Madeira. Os períodos eleitorais e a ação do jornal "Comércio do Funchal" (1945-1974)*, Dissertação de Mestrado em História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, disponível em https://hdl.handle.net/10316/99440.

TAVARES, José M. Castilho, 2009, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República.

TORGAL, Luís Reis; CORDEIRO, Carlos; PIMENTA, Fernando Tavares, 2019, *Regionalismo e Autonomia. Os casos dos Açores e da Madeira. Das origens ao debate constitucional*, Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições.